



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO (FaE)  
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR**

**AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM E  
PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO: PERCURSOS PARA A  
CONSTRUÇÃO DO COMHECIMENTO**

**ARLETE VIÉGAS FERREIRA**

**BELO HORIZONTE, 2013**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO (FaE)  
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR**

**AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM E  
PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO: PERCURSOS PARA A  
CONSTRUÇÃO DO COMHECIMENTO**

Trabalho apresentado como requisito necessário para conclusão do Curso de Pós Graduação em Gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), sob orientação da Professora Mestra Ângela Carmem Abreu Fraga Fonseca do curso de Especialização em Gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

**BELO HORIZONTE, 2013**

# **FOLHA DE APROVAÇÃO**

Arlete Viégas Ferreira

## **AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM E PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO: PERCURSOS PARA A CONSTRUÇÃO DO COMHECIMENTO**

Trabalho de conclusão de curso (TCC) apresentado em----- de ----- de 2013, como requisito necessário para obtenção do título de especialista em Gestão Escolar, aprovado pela banca examinadora, constituída pelos seguintes educadores:

---

Prof. Avaliador

---

Professora Mestra Angela Carmem Abreu Fraga Fonseca – Orientadora

---

Professora Arlete Viégas Ferreira

## **DEDICATÓRIA**

Dedico este trabalho aos meus colegas de profissão, sem os quais não haveria trocas de experiências e reflexões que estimulam a busca por uma educação com mais qualidade.

Aos meus professores da Escola de Gestores, que, ao longo desta caminhada não mediram esforços em me conduzir pelo caminho que ora trilho.

Aos funcionários e alunos da Escola Municipal Professor José Morato pelo apoio, compreensão e amizade incondicionais.

À Cidoca, com muito carinho, pela oportunidade oferecida. Jamais esquecerei!

## **AGRADECIMENTOS**

A Deus, pelo dom da inteligência,

A meus filhos pelas constantes ausências em suas vidas,

Ao Departamento Municipal de Educação de Conceição do Pará, pelo apoio e inúmeras oportunidades de estudo e trabalho, a mim oferecidas,

Aos funcionários e alunos da Escola Municipal Professor José Morato pelo apoio e amizade verdadeira dedicados a mim, em todos os momentos difíceis,

Aos professores deste curso, um obrigado muito especial pelo carinho, atenção e palavras de encorajamento durante esta caminhada.

## RESUMO

A consolidação do processo de gestão democrática participativa é extremamente importante no ambiente escolar por ser o caminho mais viável para a elaboração do Projeto Político Pedagógico - PPP. Este, por sua vez compõe-se de eixos temáticos variados, sendo a avaliação um dos assuntos mais polêmicos e discutidos na área educacional, devido à divergência de entendimentos que se têm sobre a mesma. Alunos e professores são os protagonistas deste processo, enquanto se refere à avaliação da aprendizagem, que é o objeto de análise deste trabalho, sendo que estes sujeitos, de acordo com nossos estudos, na instituição escolhida, não consideram este processo sob o mesmo olhar. O professor, na maioria das vezes utiliza-se apenas de testes e provas, valorando a quantidade referente a números e conceitos e não a qualidade da aprendizagem, alcançada pelos alunos ao longo dos estudos. Analisa-se, assim, as práticas pedagógicas, as práticas avaliativas, tendo como referência o PPP da instituição e a vivência profissional na mesma, buscando a compreensão desse processo sob diferentes aspectos, através de uma abordagem crítica.

**Palavras-chave:** avaliação formativa, aprendizagem, gestão, conhecimento.

## **SUMÁRIO**

<b>1. INTRODUÇÃO.....</b>	<b>8</b>
1.1 Tema.....	8
1.2 Objetivos.....	9
1.2.1 Objetivo Geral.....	9
1.2.2 Objetivos Específicos .....	9
1.3 Justificativa .....	10
<b>2. Avaliação da aprendizagem: um processo contínuo que promove transformação .....</b>	<b>10</b>
<b>3. O PPP como norteador da reflexão e transformação do processo de avaliação da aprendizagem.....</b>	<b>14</b>
<b>4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>16</b>
<b>5. ANEXO .....</b>	<b>19</b>

## 1. INTRODUÇÃO

### 1.1 Tema

Uma das funções da escola, em relação ao conhecimento, é democratizá-lo oferecendo oportunidades iguais a todos que integram sua demanda. Dessa forma, o PPP - Projeto Político Pedagógico apresenta-se como um instrumento que viabiliza a mediação entre escola, sujeito e conhecimento.

Vários fatores fazem parte do processo de formação do conhecimento: alguns como facilitadores, outros como condutores, como mediadores e a avaliação como fator de reflexão objetivando uma análise mais criteriosa da prática pedagógica. Conforme o contexto em que o processo de avaliação é desenvolvido, a avaliação da aprendizagem adquire significados e finalidades diferentes, sob o olhar dos segmentos que fazem parte da gestão escolar. Assim, a avaliação é um tema importante e de destaque no campo educacional, por conseguinte, no Projeto Político Pedagógico, é um dos eixos temáticos que determina todos os outros eixos.

Na sala de aula, a avaliação está vinculada a um processo repetitivo: estuda-se o conteúdo e fazem-se testes e exames na maioria das vezes, não para medir o que se aprendeu, mas porque estes integram o processo avaliativo e é preciso dar notas. Não se tem a avaliação como meio de promover mudanças, de gerar aprendizagem, de mudar as metodologias de trabalho e sim, como finalidade de encerrar o estudo de conteúdos, de projetos ou de assuntos temáticos.

Não há, também, a prática de avaliar outras atividades que fazem parte da rotina escolar como o trabalho do gestor, do professor, das metodologias de ensino. A avaliação está direcionada ao aluno. Noutra perspectiva, de posse dos resultados das avaliações, não ocorrem mudanças significativas por parte da escola, em relação ao aluno, ao docente, ao gestor e às famílias, uma vez que a responsabilidade sobre a aprendizagem é de todos.

Logo, percebe-se que há quebra do processo democrático de gestão tão enfatizado no PPP, donde surge nosso interesse em desenvolver esse trabalho. Neste sentido, questiona-se: qual é a visão exata dos sujeitos (professor e aluno) que formam estes segmentos, sobre avaliação? Como estes sujeitos lidam com os resultados obtidos? Que mudanças ocorrem em suas práticas? Dessa forma, pretendemos refletir sobre estas questões pertinentes ao Projeto Político Pedagógico que aponta numa ruptura entre a real prática escolar e a proposição de uma formação do conhecimento, com qualidade e participação.

## **1.2 Objetivos**

### **1.2.1 Objetivo Geral**

Investigar o processo de avaliação da Escola Municipal Professor José Morato, enfatizando as práticas docentes, discentes, da gestão e outros segmentos escolares em relação aos processos avaliativos praticados internamente.

### **1.2.2 Objetivos Específicos**

- Discutir a avaliação da aprendizagem como um processo de formação do ser humano, de modo a construir o conhecimento de forma processual.
- Estabelecer relação entre as práticas desenvolvidas na escola e a aprendizagem do educando.
- Refletir sobre os resultados da avaliação na escola em questão, enfocando a prática docente e o Projeto Político Pedagógico.

### **1.3 Justificativa**

O tema em estudo, avaliação da aprendizagem, surgiu da necessidade de refletir sobre como se dá esse processo no interior da escola. Observa-se que, nas práticas pedagógicas, aplicam-se testes e provas com objetivos e finalidades múltiplas, dentro da mesma unidade de ensino e sala de aula, sendo que os sujeitos envolvidos nesse processo adquirem papéis diferenciados de acordo com os objetivos e as finalidades propostas, mas poucas vezes com o objetivo de refletir e analisar a qualidade da aprendizagem dos alunos.

No Projeto Político Pedagógico da escola em questão, a avaliação se destaca como ação que deve ser planejada, analisada e, quando necessário, que promova mudanças que fortaleçam a gestão democrática participativa. Luckesi (2002) assinala que precisamos “colocar a avaliação escolar a serviço de uma pedagogia que entenda e esteja preocupada com a educação como mecanismo de transformação social”, de modo que cabe à escola avaliar e tomar atitudes que promovam a aprendizagem dos que integram a sua comunidade.

## **2. Avaliação da aprendizagem: um processo contínuo que promove transformação**

Inquietações, decepções e dúvidas são sentimentos constantes que fazem parte do dia-a-dia da rotina de professores e alunos no ambiente escolar, especialmente quando tratamos do tema avaliação, dentro das novas formas de organização da educação. Mas o que é avaliação? O que deve ser avaliado e por que se avalia?

A LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, no artigo 24, itens V, VI e VII, trata do tema em questão. Vejamos:

Art. 24. A educação básica, nos níveis fundamental e médio, será organizada de acordo com as seguintes regras comuns:

[...]

V – a verificação do rendimento escolar observará os seguintes critérios:

A avaliação contínua e cumulativa do desempenho do aluno, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período sobre os de eventuais provas finais;

Possibilidade de aceleração de estudos para alunos com atraso escolar;

Possibilidade de avanço nos cursos e nas séries mediante verificação do aprendizado;

Aproveitamento de estudos concluídos com êxito;

Obrigatoriedade de estudos de recuperação, de preferência paralelos ao período letivo, para os casos de baixo rendimento escolar a serem disciplinados pelas instituições de ensino em seus regimentos;

VI – o controle de frequência fica a cargo da escola, conforme o disposto no seu regimento e nas normas do respectivo sistema de ensino, exigida a frequência mínima de setenta e cinco por cento do total de horas letivas para aprovação;

VII – cabe a cada instituição de ensino expedir históricos escolares, declarações de conclusão de série e diplomas ou certificados de conclusão de cursos, com as especificações cabíveis. (LDB, 1996).

Verifica-se, então, que algumas palavras e expressões adquirem um significado especial, se tratando de avaliação, de acordo com a LDB: “avaliação contínua”, “desempenho do aluno”, “aspecto qualitativo” e “verificação do aprendizado”. Num primeiro momento, soltas, as expressões apresentam significações simples, mas juntas e através de uma análise profunda, o significado muda completamente: “A verificação do aprendizado e desempenho do aluno é um aspecto qualitativo que deve estar em avaliação contínua.”

Luckesi (2002) ressalta que “a avaliação da aprendizagem existe propriamente para garantir a qualidade da aprendizagem do aluno. Ela tem a função de possibilitar uma *qualificação da aprendizagem do educando*.” Mas o que vem a ser avaliação da aprendizagem? Já destacamos que qualidade e avaliação da aprendizagem devem caminhar lado a lado continuamente. Sendo assim, definimos avaliação da aprendizagem *como um processo natural de busca e formação do conhecimento com qualidade, que deve sofrer alterações sempre que se fizer necessário*. Não se deve, neste processo, medir o nível de aprendizagem em números ou conceitos, mas em qualidade, através de reflexões e análises que instiguem o avanço do avaliando.

No ambiente escolar, de acordo com nossa concepção, a avaliação da aprendizagem é um aspecto que deve ser desenvolvido, especialmente, entre professor e aluno, devendo o professor ser mediador e condutor da avaliação, todos os dias, juntamente com o aluno, através do diálogo. Cabe a ele a responsabilidade de oferecer suportes diferenciados a seus alunos, em todas as etapas da aprendizagem, de modo que haja respeito às individualidades e tempos de aprendizagem de cada um, alcançando, assim, êxito nas tarefas, ou seja, desenvolvendo a avaliação da aprendizagem com qualidade.

Esta forma de condução da avaliação da aprendizagem vincula, diretamente, ao processo de gestão democrática e participativa, uma vez que cabe ao professor e ao aluno decidirem conjuntamente sobre os meios e metodologias que facilitem a aprendizagem e o desenvolvimento dos trabalhos em sala de aula, fugindo assim, de modelos já prontos, de uma formatação uníssona como se todos tivessem uma aprendizagem linear.

No processo de reflexão conjunta sobre o assunto, certamente os alunos vão adquirir mais responsabilidades sobre si mesmos e sua formação, ao sentirem-se como sujeitos importantes e capazes de tomar as decisões mais acertadas para a formação coletiva em sala de aula, participando, assim, da democratização do ensino. Neste sentido questiona-se: Avaliação da aprendizagem: como se dá esta prática na escola?

No ambiente escolar, há certo distanciamento entre prática real e prática ideal, conforme ressaltado e analisado no PPP, prevalecendo um modelo de prática de avaliação quantitativa sobre o aspecto qualitativo. Embora haja esforços no sentido de orientar para que mudanças ocorram, percebe-se que há dificuldades de mudanças de condutas e atitudes, por não compreensão dos novos modelos educacionais ou por resistência em se adaptar às mudanças, tanto por parte de alunos, quanto por parte de professores.

Há dificuldade de compreensão da avaliação da aprendizagem como um processo compartilhado por professores e alunos, e como um processo que

visa melhorias se houver adaptação a novos modelos e práticas pedagógicas. O que realmente acontece é que professores aplicam testes de avaliação do conhecimento em relação a conteúdos estudados e cabe aos alunos realizá-los, dando respostas coerentes com os conteúdos. É difícil desapegar-se das práticas tradicionais, especialmente por estar a unidade escolar localizada num ambiente rural, ser a única escola, onde o professor ainda é visto como o detentor do saber, pela comunidade e estarem ainda, as famílias acostumadas a esse método de avaliação. Decidir-se em adotar e praticar condutas diferentes das atuais implica em processos de decisões arriscados.

Conforme Navarro (2010), as mudanças fazem parte de um processo longo pois “despertam a atenção para as condições físicas, materiais e de postura democrática dos membros da escola”, uma vez que cabe aos diferentes segmentos a responsabilidade pelo processo de condução da aprendizagem dos alunos. Assim, torna-se pertinente que ocorram momentos de reflexão e planejamento, em momentos de formação continuada com professores, sobre o assunto, despertando para as mudanças que ocorrerão no modelo de currículo, de uso do tempo e do espaço escolar, das relações de trabalho e de gestão compartilhada. Embora a escola pratique momentos de reflexão, estes não passam de sugestões que promovam mudanças, enquanto o ideal seria que se colocasse em prática, atitudes e condutas diferentes objetivando mudanças de comportamento e prática pedagógica.

Não ocorre, por parte da gestão, que se sente acuada, sem apoio de uma equipe pedagógica que na prática não existe, “imposição” de mudanças, o que não vai de encontro ao processo democrático, nem por parte dos docentes, a adoção de práticas novas, mesmo depois de comprovar que houve resultados de testes, com indicadores positivos, não havendo, na maioria dos mesmos testes, a avaliação da aprendizagem com mesmo resultado. Surge então uma prática pedagógica antagônica: resultados das avaliações: positivo e resultado da aprendizagem: negativo, sabendo-se que os alunos são os mesmos. Conforme Luckesi (2002) ressalta que

Com esse tipo de prática avaliativa, a escola nega-se a si mesma, pois, em vez de propor e trazer o prazer da elevação cultural, estiola essa possibilidade, na medida mesma em que destrói dentro da criança o prazer de entender melhor o mundo e crescer em compreensão e visão da realidade. (LUCKESI, 2002, p.76).

Diante dessa realidade, é difícil um posicionamento coerente, no qual não se massacre os docentes, mas também que não os proteja, uma vez que a avaliação da aprendizagem não se restringe a ser tarefa apenas do docente, e que deve acontecer num processo democrático. Torna-se pertinente acrescentar que, na formação continuada para docentes, (que ainda não faz parte da realidade desta escola), este poderia ser um tema em estudo, que ocupasse lugar de destaque na formação dos mesmos, favorecendo mudanças nas práticas pedagógicas, uma vez que quando da análise dos resultados, os professores participam, apenas não usam práticas diferentes com os alunos em sala de aula, o que acarretaria em possibilidades maiores de formação do conhecimento dos mesmos, com qualidade, projetando-os a serem protagonistas diferentes de uma sociedade em construção.

### **3. O PPP como norteador da reflexão e transformação do processo de avaliação da aprendizagem**

Alunos e professores são, na prática educacional, os personagens principais que fazem o processo de aprendizagem e formação do conhecimento em uma instituição de ensino. Assim, a prática docente se constrói com o desenvolvimento de competências pelos alunos, estabelecendo uma relação de trocas e parceria entre os mesmos, tendo o Projeto Político Pedagógico como direcionador dessa conduta. Esse modelo de educação pressupõe uma gestão do tempo, de escolhas metodológicas e de planejamento coletivo, em que os personagens participem de todas as etapas em que a formação do conhecimento se desenvolve. Cury (1997), ao tratar do assunto gestão democrática, define gestão como

Sendo a transmissão do conhecimento (ação da escola) um serviço público, o princípio associa esse serviço à democracia. [...] Lembrando-se que o termo “gestão” vem de gestio, que por sua vez, vem de gerere (trazer para si, produzir), fica mais claro que a gestão não é só ato de administrar um bem fora-de-si (alheio), mas é algo que traz em si, porque nele está contido. E o conteúdo deste bem é a própria capacidade de participação, sinal maior da democracia. (CURY, 1997, p. 201).

Mas o que vem a ser é qual é o propósito de uma gestão compartilhada em sala de aula, no processo de formação do conhecimento? O ato de delegar ao aluno e ao professor participação implica em agir com responsabilidade diante do coletivo, pois o sujeito passa a falar por ele e pelos outros, apresentando-se assim a participação individual como parte do todo. Isto se chama ação democrática participativa: proporcionar vez e dar voz aos educandos, o que não é nada comum na educação tradicional, onde só o professor é quem tem vez e voz. A propósito, Gadotti (2000) reitera qual é a diferença entre os modelos de educação:

A educação tradicional e a nova têm em comum a concepção da educação como um processo de desenvolvimento individual. Todavia, o traço mais original da educação desse século é o deslocamento de enfoque do individual para o social, para o político e para o ideológico (GADOTTI, 2000, p. 4).

O que sugere a promoção e adoção de mudanças na administração pedagógica, de mudança de prática em relação ao processo adotado e praticado de formação do conhecimento. É pertinente que, em relação ao modo de avaliar, um novo olhar seja lançado sobre a escola, sobre as suas práticas, valorizando o conhecimento teórico e as práticas e funções destes, tendo objetivos claros, definidos por alunos e professores e critérios de avaliação que sejam reais de acordo com a pedagogia praticada. Avaliador e avaliandos têm que saber o que será avaliado, como será o processo de avaliação e o que se espera de cada avaliação, almejando um resultado comum.

Fernandes e Freitas (2008) destacam que a “avaliação é uma atividade que envolve legitimidade técnica e legitimidade política”, por não ser decisão de apenas um sujeito, devendo “estabelecer e respeitar princípios e critérios refletidos coletivamente”. Sob este paradigma, o que o processo de avaliar tem

a ver com a prática docente e o PPP? Ora, se o PPP é o direcionador das atividades escolares, se ele norteia uma política de ações democráticas, tanto a prática docente como a discente, encontram aí subsídios que os guiam para um processo de avaliação da aprendizagem, coletivo. É preciso que a relação entre PPP e estes sujeitos seja coerente, gerando momentos de reflexão sobre a finalidade da educação no ambiente escolar. Desse modo, a prática avaliativa deixa de ser classificatória para ser processo avaliativo que valoriza esforços, que soma conhecimento e que agrega valores.

É desse modelo de educação, pautado no diálogo e delegação de poderes que a sociedade está precisando. Qualidade se busca com participação e divisão de tarefas, com debates e práticas alternativas. Precisamos colaborar com o professor, delegando a ele funções mais pedagógicas e retirando dele responsabilidades que devem ser divididas com os outros sujeitos escolares. Com estas ações estaremos somando para a formação de crianças e adultos capazes de transformar a sociedade, com justiça social.

#### **4. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Destaca-se que descentralização de poder, participação e autonomia são práticas que fazem a diferença na gestão democrática de uma escola. Supõe-se que estas questões impliquem em divisão de tarefas, decisões compartilhadas e governança participativa. Assim, uma das finalidades de Educação estaria sendo praticada: formar um cidadão crítico e preparado para a vida em sociedade, conforme diz o ditado popular que “não basta ao aluno passar pela escola; é preciso que a escola passe pela vida do aluno”. Percebe-se que a gestão democrática nas escolas é possível, sendo um processo demorado, a ser construído diariamente. O que muitas vezes acontece é que aos sujeitos participantes do processo de gestão, faltam conhecimentos teóricos, boa vontade, dedicação e organização do trabalho pedagógico e ousadia para a efetivação de uma gestão compartilhada.

Enfatiza-se que vivemos uma sociedade que massacra os que têm menos acesso e são privados de serviços públicos com qualidade, de informações e

oportunidades. Cabe à escola, enquanto instituição legítima de propagação do saber, instruir para esses serviços, que são legitimados pelo PPP. Mas qual é a relação entre direitos fundamentais e avaliação da aprendizagem para a formação do conhecimento?

De acordo com Gadotti (2000), ao dissertar sobre a Sociedade da Informação, “o conhecimento é o grande capital da humanidade”, depositando neste o poder decisório de cada indivíduo. Uma pessoa sem conhecimento, vale pouco, não tem poder, pois “ele é básico para a sobrevivência” em sociedade. Ter autoridade sobre o processo de avaliação da aprendizagem é fazer parte das tomadas de decisões em relação a este processo, é saber como, porquê, quando e onde será avaliado.

Conforme analisado no PPP da escola em questão, constata-se que os sujeitos são participativos em relação à presença nas tomadas de decisões e nos momentos destinados a reflexões sobre as práticas da escola, mas ficam alheios a estes processos, ao tomarem para si as ações transformadoras que devem ser praticadas. Há uma fuga das responsabilidades e atitudes que devem ser compartilhadas, como se mudanças na maneira de avaliar e modificar a prática pedagógica não fossem tarefas de professor. Torna-se ainda pertinente ressaltar que, de nada adianta ter consciência do que é preciso mudar e não ter a ousadia de promover a mudança.

Dessa forma, as atitudes e valores aqui discriminados, passam a prevalecer sobre números e conceitos adquiridos em testes repetitivos que pouco acrescentam à formação dos educandos. Avaliação que constrói, que agrega sabedoria é aquela em que o aluno se sente parte integrante do processo avaliativo, em que ele sabe a razão de estudar conteúdos e o que fazer com eles; que o educando sabe onde e porque errou e o que deve fazer para acertar; que ele não pode e nem precisa se contentar com médias, mas que pode ter e ser o resultado máximo.

## 6.REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional** nº 9.394, de 24 de dezembro de 1996.

CURY, C. R. J. *O Conselho Nacional de Educação e a Gestão Democrática*. In: CZERNISZ, Eliane Cleide da Silva “**Gestão Democrática**” da **Escola Pública: Um movimento de “Abertura” da Escola à Participação da Comunidade?** Dissertação de Mestrado. Maringá: UEM, 1999.

FERNANDES, Cláudia de Oliveira. FREITAS, Luiz Carlos. **Currículo e Avaliação**. SEB- Secretaria da Educação Básica. Indagações sobre currículo. Brasília: 2008.

GADOTTI, Moacir. **Perspectivas atuais da educação**. Porto Alegre: Artes Médicas, 2000.

LUCKESI, Cipriano C. **Avaliação da aprendizagem escolar**. São Paulo: Cortez, 2002.

NAVARRO, Ignês Pinto (et al.) . **Avaliação : o processo e o produto**. 2010. Disponível em: <http://moodle3.mec.gov.br/ufmg>. Acesso em: 20 de set. de 2013.

## 5. ANEXO



escola de **gestores**  
da educação básica

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS**  
**FACULDADE DE EDUCAÇÃO (FaE)**  
**CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR**

**PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA ESCOLA MUNICIPAL**  
**PROFESSOR JOSÉ MORATO**

**ARLETE VIÉGAS FERREIRA**

**BELO HORIZONTE**

**2013**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS**  
**FACULDADE DE EDUCAÇÃO (FaE)**  
**CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR**

**PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA ESCOLA MUNICIPAL**  
**PROFESSOR JOSÉ MORATO**

Projeto Político Pedagógico apresentado como requisito necessário para conclusão das atividades desenvolvidas na Sala Ambiente Projeto Vivencial sob orientação do Professor Anderson Ribeiro do Curso de Especialização em Gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

**BELO HORIZONTE**  
**2013**

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	3
1. FINALIDADES DA ESCOLA .....	5
2. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL .....	8
2.1 Estrutura Organizacional Administrativa .....	9
2.2 Estrutura Organizacional Pedagógica .....	12
3. CURRÍCULO .....	15
3.1 O Currículo Como Espaço de Planejamento .....	17
4. TEMPOS E ESPAÇOS ESCOLARES .....	18
5. PROCESSOS DE DECISÃO .....	23
5.1 Tomadas de Decisões e Participação Coletiva .....	24
6. RELAÇÕES DE TRABALHO .....	26
7. AVALIAÇÃO .....	28
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	32
REFERÊNCIAS .....	35
ANEXOS .....	39

## INTRODUÇÃO

A educação enquanto “instrução” que pode ser adquirida, desempenha papel relevante no processo de exercício da cidadania e uso pleno dos direitos humanos. Essa afirmação fica acordada na Declaração dos Direitos Humanos (ONU, 1948), em seu artigo XXVI, 2ª alínea, quando afirma que “a instrução será orientada no sentido do pleno desenvolvimento da personalidade humana e do fortalecimento e do respeito pelos direitos humanos e pelas liberdades fundamentais [...]”.

O Projeto Político Pedagógico (PPP), é um documento construído no âmbito escolar, com características próprias e função de contribuir para a promoção da gestão democrática e participativa, através de práticas que visem atender às necessidades e anseios da comunidade escolar. Para a construção desse projeto, a escola deve convocar todos os segmentos representativos que existirem na mesma e todas as pessoas que se interessarem em participar da criação do projeto. Juntamente com o gestor, deverão traçar as diretrizes que nortearão as ações em busca de uma educação de qualidade.

De acordo com Oliveira (2010, p. 1) “construção do PPP na escola [...] de forma participativa, constitui-se uma ação de “afirmação da autonomia das escolas”, o que torna-se importante nos “processos formativos dos alunos”. Desse modo, além de demonstrar a capacidade da escola de se organizar e planejar o que é melhor e necessário à sua clientela, ajuda também na formação cidadã dos alunos, uma vez que eles podem ser co-autores dos rumos traçados para a educação escolar da comunidade na qual estão inseridos.

Ainda de acordo com Oliveira (2010 p. 1), “[...] o PPP ao se colocar como espaço de construção coletiva, direciona sua constituição para consolidar a

vontade de acertar, no sentido de educar bem e de cumprir seu papel na socialização do conhecimento.” Logo, quando se permite essas ações de discussão e planejamento dentro do espaço escolar, busca também a validação dos direitos das pessoas enquanto cidadãs e em uso pleno de sua liberdade, favorecendo a gestão escolar, de forma democrática, pois “este processo sustentado no diálogo e na alteridade, tem como base a participação ( ano? )efetiva de todos os segmentos da comunidade escolar e o respeito a normas coletivamente construídas. Souza (2005, p. 1).

A Escola Municipal Professor José Morato, situada à Praça Santa Rita, número 01 em Santana da Prata, zona rural do município de Conceição do Pará, é a única escola existente na comunidade. Atende alunos da Educação Infantil (vinte alunos), até anos finais do Ensino Fundamental (setenta e três alunos). Embora os funcionários, pertençam à rede municipal, seguem regulamentação do sistema estadual de ensino. A maioria ocupa cargo de provimento efetivo, com habilitação exigida e alguns professores dos anos finais, não possuem a devida habilitação e outros estão ainda em formação.

Na construção deste PPP houve empenho e dedicação da comunidade escolar em participar das reuniões, discutir sobre os diversos temas aqui relatados e planejar ações que promovam mudanças no modelo de educação ofertado. Estando a escola situada no campo, algumas dificuldades se apresentaram, como organização das reuniões em horário que a maioria dos participantes pudessem fazer-se presentes, adaptação dos temas a serem discutidos numa linguagem menos técnica e que fosse compreendida, adaptação das ações que surgiam à realidade da comunidade.

## 1. FINALIDADES DA ESCOLA

A LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação, aponta as seguintes finalidades para a educação: “- o pleno desenvolvimento do educando; - seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.” (BRASIL. LDB,1996, art. 2º). Percebe-se que, desde a inserção da criança no mundo escolar, ela tem garantido o direito de iniciar seu desenvolvimento com uma educação de qualidade, garantindo-lhe uma formação integral. Educar, de acordo com o dicionário Houaiss (2009, p.269), é “um processo para o desenvolvimento físico, intelectual e moral de um ser humano”. Logo, sendo a formação educacional um processo, é constituída por etapas que vão se organizando através do pensar.

A Escola Municipal Professor José Morato, comunga com estes fins importantes ao desenvolvimento da criança, bem como a formação adequada, com o intuito de ser mediadora no processo que colabora com uma responsável, onde a criança seja responsável e detentora de saberes que propiciarão uma vida digna em sociedade. Nesta unidade escolar, as tomadas de decisões e planejamentos são realizadas, coletivamente, objetivando o atendimento de excelência e dando oportunidades iguais a todos os educandos.

Souza relata que:

O planejamento no âmbito da unidade escolar caracteriza-se como meio, por excelência, do exercício do trabalho pedagógico de forma coletiva, ou seja, como possibilidade ímpar de superação da forma fragmentada e burocrática de realização desse trabalho. (SOUZA, 2010, p.3).

Na atualidade as informações são transmitidas rapidamente e torna-se necessário estar conectado neste mundo globalizado. Embora a Escola Municipal Professor José Morato esteja inserida no meio rural, faz-se *mister* a promoção de ações educacionais que acompanhem a evolução das tecnologias, bem como a sua aplicabilidade em prol do conhecimento. Para acompanhar o que as tecnologias avançadas, de certo modo, impõem, proporcionamos ao nosso alunado momentos ricos de estudos e usos das

novas tendências tecnológicas, garantindo assim, oportunidades de práticas pedagógicas inovadoras, expandindo o papel da educação contemporânea: preparar o sujeito para a vida do trabalho. Moran (2000), afirma que:

Na sociedade da informação, todos estamos reaprendendo a conhecer, a comunicar-nos, a ensinar; reaprendendo a integrar o humano e o tecnológico; a integrar o individual, o grupal e o social. É importante conectar sempre o ensino com a vida do aluno. Chegar ao aluno por todos os caminhos possíveis: pela experiência, pela imagem, pelo som, pela representação (dramatização, simulações), pela multimídia, pela interação *on-line* e *off-line*. (MORAN, 2000, p.61)

No tocante às diferenças sociais, não convivemos, na comunidade onde a escola está inserida, com questões alarmantes que se referem ao desemprego, à pobreza extrema, ao uso de drogas e violência. Todos os moradores se conhecem, o que é motivo de orgulho e ao mesmo tempo de reflexão para a comunidade, sendo que no ambiente escolar, este é, também, assunto que fomenta o diálogo aberto sobre estes temas.

Desse modo, desenvolvemos uma filosofia humanística, voltada para a formação integral do ser humano, preparando nossos alunos, diariamente, através de orientações e ações que os levem ao desenvolvimento de suas capacidades, paralelamente, com a prática e inserção de valores como o respeito, a responsabilidade, o compromisso e a tolerância. Tendo como base valores tão necessários nos dias atuais, nos alicerçamos ainda, na prática do diálogo, do cuidado e da solidariedade como condutores da formação da cidadania, de modo participativo, que gere ações reais de responsabilidade e participação na busca de transformar o meio no qual estamos inseridos, para melhor. Segundo Paviani,

A percepção e a transformação da realidade, o modo de pensar, agir e sentir a realidade enquanto processo fundamental das relações sociais se identifica perfeitamente como processo educacional. Isso significa que a educação, antes de ser atividade formal e profissional, em outras palavras, algo distinto da realidade, algo justaposto à realidade, constitui-se com ela um único fenômeno. (PAVIANI, 1986, p.41).

Nesse sentido, Souza (2010), corroborando com Paviani, diz que, o que norteia “o planejamento é a participação” como uma mostra do desejo de mudança e de aperfeiçoamento das práticas e posturas de uma organização. À medida que as mudanças vão ocorrendo, uma nova realidade vai nascendo. Paulo Freire (2003), grande educador brasileiro, também afirma que:

Uma das qualidades mais importantes do homem novo e da mulher nova é a certeza que têm de que não podem parar de caminhar e a certeza de que cedo o novo fica velho se não se renovar. A educação [...] tem de ser uma educação nova também. (FREIRE, 2003, p.86)

Como Freire, a escola acredita que a educação é um processo que mescla e adquire inúmeras faces todos os dias, diante de cada situação e de cada um de seus autores/construtores. Esse processo se dá, porque os sujeitos são diferentes, necessitando cada um de ação, espaço e tempo diferenciados. É por isso que ela, a educação, está sempre incompleta, apontando para um futuro que, rapidamente se faz presente e assim os sujeitos vão se formando e transformando o mundo. Nesta ótica entendemos que a aprendizagem é uma experiência, um momento rico de trocas através da linguagem, dos gestos e outros signos transformados em ação através de momentos de reflexão para proporcionar aos educandos meios adequados de trocas que se constituirão em aprendizagem.

A missão desta escola, enquanto mediadora do processo de formação intelectual dos educandos, de forma autônoma, é proporcionar oportunidades para que estes, desde cedo, tenham condições de modificar a realidade em que estão inseridos, através do questionamento e da reflexão, colaborando assim para a melhoria da comunidade, não sendo apenas parte dela. Haja visto que, se tratando de educação de qualidade, há que se pensar que não basta a oferta de vagas, a garantia do acesso e a permanência no ambiente escolar. Conforme Dourado (2010, p.6) aponta, é necessário garantir as “condições de permanência dos alunos na escola e as possibilidades de uma aprendizagem mais significativa”. E fatores como “condições de trabalho” dos funcionários, o

modelo de “gestão da escola” dentre outros, são responsáveis pela qualidade. O mesmo autor ressalta ainda que:

As condições e os insumos para oferta de um ensino de qualidade são fundamentais para a construção de uma boa escola ou uma escola eficaz, sobretudo se estiverem articuladas às dimensões organizativas e de gestão que valorizem os sujeitos envolvidos no processo, os aspectos pedagógicos presentes no ato educativo e, ainda, contemplem as expectativas dos envolvidos com relação à aquisição dos saberes escolares significativos e às diferentes possibilidades de trajetórias profissionais futuras.

Nenhum destes aspectos deve ser tratado separadamente, posto que se articulam a expectativas e as concepções acerca do que deve ser a escola. Tais concepções articulam-se, em última instância, ao ideal de sociedade que cada grupo ou sujeito espera construir para as novas gerações. (DOURADO, 2010, p. 7)

Nesse sentido, abraçando esse ideal, é que a Escola Municipal Professor José Morato, se abre ao futuro. Continuar oferecendo ensino de qualidade, pautado no respeito aos valores humanos, na preservação do meio ambiente e no cuidado com o ser humano, colaborando assim para que a população permaneça agregada ao meio rural, valorizando e preservando a sua cultura e ao mesmo tempo participe das novas tecnologias.

## **2. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL**

Uma estrutura organizada é princípio básico para que uma instituição, alcance excelência em qualidade na execução de seus projetos. No ambiente escolar, estas estruturas são importantes e interferem no resultado final almejado pela escola. As estruturas organizacionais no ambiente escolar são duas: a administrativa e a pedagógica. Ambas precisam estar estruturadas, apresentar padrão mínimo de organização, porque delas depende o desenvolvimento do trabalho pedagógico, que é o fundamento maior de uma instituição de ensino. É fato que, numa instituição escolar, local para adquirir conhecimento, ter um ambiente que promova a leitura, a prática da escrita, que pratique ações onde os alunos tenham oportunidades de serem protagonistas quando se trata de ensinar e aprender, pode ser o primeiro passo para a consolidação desses processos.

Segundo Cândia (1974, p. 197) “a estrutura administrativa de uma escola exprime a sua organização no plano consciente, e corresponde a um ordenamento racional”, mostrando que, administrativamente falando, torna-se necessário ter, para cada função, um responsável. Nessa estrutura se enquadra o grupo de funcionários, o espaço físico e os recursos financeiros. Oliveira, Morais e Dourado(s.d.), em estudo sobre a organização escolar no Brasil, afirmam que:

A educação pode ser entendida como a apropriação da cultura, [...] e a escola como [...] *locus* privilegiado de produção sistematizado do saber. Isso significa que a escola precisa ser organizada no sentido de que suas ações [...] atinjam os objetivos de formar sujeitos concretos: participativos, críticos e criativos. (OLIVEIRA, MORAIS, DOURADO, s.d., p.2 ).

Observando o que os autores afirmam, pressupomos que, para a escola ser realmente “*locus* privilegiado” de aprendizagem, é necessário que a estrutura física ofereça condições mínimas para o desenvolvimento dessa “apropriação da cultura”, ou seja, para que realmente a aprendizagem aconteça.

## **2.1 Estrutura Organizacional Administrativa**

A Escola Municipal Professor José Morato, foi fundada em 1963, quando o município de Conceição do Pará ainda pertencia à Comarca de Pitangui, cidades que atualmente são vizinhas. Por esta ocasião, a escola pertencia à esfera federal. Posteriormente, passou a ser estadual e, a partir de 1996, municipal. Sua estrutura física, ainda data da sua criação. Sofreu alterações e reformas, mas encontra-se em bom estado de conservação. O espaço físico sem construção atende à demanda e nele são cultivadas frutas e hortaliças num pomar e horta que funcionários e alunos cuidam. A produção destina-se ao consumo na escola.

Temos cinco salas de aula amplas e arejadas, necessitando de reparo na rede elétrica. Duas são ocupadas pela biblioteca que tem vasto acervo e divide espaço com a sala de vídeo, e a outra, destina-se ao laboratório de informática. Com o passar dos anos, a clientela foi aumentando e, hoje, para atender alunos da Educação Infantil ao Ensino Fundamental completo, temos além das três salas no prédio principal, salas de aula num segundo endereço, o Centro Comunitário local, que tem o prédio construído dentro do terreno onde fica a escola. As condições desse Centro são precárias, tendo salas muito grandes, falta de lousa adequada, banheiros insuficientes e outros fatores que não contribuem, favoravelmente, para a efetivação do processo de ensino/aprendizagem.

O laboratório de informática está em fase final de implantação e objetiva melhorar o ensino através da integração aluno/professor e uso das novas tecnologias em sala de aula. Moran, Masetto e Behrens, em estudos sobre a mediação pedagógica através das novas tecnologias, afirmam que:

Os professores e os alunos podem utilizar as tecnologias da informação para estimular o acesso à informação e à pesquisa individual e coletiva, favorecendo processos para aumentar a interação entre eles. A rede informatizada cria a possibilidade de exposição e de disponibilização das pesquisas aos alunos, de maneira mais atrativa e produtiva, da demonstração e da vivência de simulação por texto e imagens, facilitando o discernimento e o envolvimento dos alunos com problemas reais da sociedade. (MORAN, MASETTO, BEHRENS, 2000, p.97)

Quanto ao espaço destinado à alimentação, o refeitório atende bem ao número de alunos, mas a cozinha é pequena, distante da despensa, o que por vezes causa transtornos. Está em fase de planejamento a ampliação bem como a construção de três salas de aula, pelo poder público municipal. Os banheiros, são atendendo aos usuários desconfortavelmente. A secretaria e a sala da direção dividem o mesmo espaço, trazendo por vezes, desconforto no atendimento aos usuários da secretaria, pais, alunos, funcionários e outras pessoas por não ser local de privacidade.

O mobiliário para uso dos alunos, cadeiras e mesas, encontra-se em estado de conservação muito ruim, precisando ser trocado urgentemente. Essa é, no momento, a maior necessidade da escola. A troca foi solicitada, mas, até o momento, não obtivemos resposta. Em relação aos demais mobiliários, estes encontram-se em bom estado de conservação e uso.

A escola recebe recursos financeiros federais oriundos do Programa Dinheiro Direto na Escola, coordenado pelo MEC- Ministério da Educação e Cultura, através do FNDE- Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, que é gerido pela Associação de Pais e Mestres da Escola. Com estes recursos são comprados materiais de consumo como papéis diversos, cadernos, lápis e outros materiais permanentes necessários. Outros recursos são obtidos através da realização de festas, bingos e outras atividades promovidas pela gestão e comunidade escolar.

Conforme descrito, a escola não se caracteriza como escola modelo, mas, dentro das condições apresentadas, o corpo docente, especialmente, consegue desenvolver inúmeras atividades juntamente com os alunos, que enriquecem o processo de aprendizagem, utilizando os vários espaços que a instituição disponibiliza.

A diretora tem formação superior em pedagogia e o cargo é ocupado por indicação política, embora o município tenha Plano de Carreira do Magistério aprovado desde 2009 e neste esteja prevista a eleição para diretor. É exigida para a ocupação deste, a formação acadêmica citada, experiência em docência de, pelo menos dois anos e que o(a) candidato(a) faça parte do quadro de profissionais que compõe o Plano. Já os atendentes da biblioteca, são funcionários efetivos, ocupando cargos de auxiliar de serviços, ambos com formação em nível médio.

## **2.2 Estrutura Organizacional Pedagógica**

Essa estrutura trata dos assuntos relacionados ao ensino aprendizagem, bem como a formação acadêmica do corpo docente. As tarefas executadas pelos sujeitos que compõem o quadro de funcionários, os planejamentos e projetos desenvolvidos dentro do ambiente escolar são direcionados aos discentes, o centro das atenções no contexto educacional. Na Escola há apenas uma turma de cada ano nos ciclos de ensino, bem como na Educação Infantil. O município de Conceição do Pará não dispõe de sistema de ensino próprio e segue a legislação estadual. Temos: dez alunos no primeiro período; dez no segundo; sete alunos no primeiro ano do Ensino Fundamental; nove no segundo; oito no terceiro; oito no quarto e nove no quinto. Nos anos finais, são: sete alunos no sexto ano; oito no sétimo; oito no oitavo e nove no nono.

As professoras da Educação Infantil e dos Anos Iniciais ocupam cargos de provimento efetivo, sendo que apenas uma não possui formação superior em curso de Pedagogia. Já nos anos finais, apenas os professores de português, história e educação física possuem habilitação específica, enquanto os demais possuem outros cursos ou estão em curso. Estes professores ocupam cargos por contrato por tempo determinado.

As pessoas encarregadas da limpeza e preparo da alimentação, são quatro, sendo três com Ensino Fundamental incompleto e uma com nível médio incompleto. Três ocupam cargo de provimento efetivo e uma é contratada. Há disponível na Escola, uma professora de apoio que ocupa cargo de provimento efetivo, que atende alunos que apresentam maiores dificuldades no processo de ensino/aprendizagem tendo formação superior em estudos sociais, e outra professora eventual, contratada, com curso superior em pedagogia que cobre as faltas de outros professores.

O planejamento pedagógico ocorre em várias etapas, ao longo do ano letivo, num gesto de democracia, conforme Dourado (1998), representando um,

[...] processo de aprendizagem e de luta política que não se circunscreve aos limites da prática educativa mas vislumbra, nas especificidades dessa prática social e de sua relativa autonomia a possibilidade de criação de canais de efetiva participação e de aprendizado.(DOURADO, 1998, p. 79).

O planejamento anual para estudo e organização dos conteúdos curriculares é feito na escola, no início do ano letivo e com base na legislação vigente, durante reunião pedagógica que conta com a participação da diretora como orientadora e dos professores. Ao final de cada bimestre, a mesma equipe analisa os planejamentos, avaliando a sua aplicabilidade e fazendo os ajustes necessários. A partir dessa análise, são planejadas as aulas de reforço destinadas aos alunos que estão com dificuldades, bem como são elaborados os demais projetos a serem desenvolvidos.

Em termos operacionais, essa metodologia de planejamento funciona bem, uma vez que, sendo conjuntamente, os projetos coletivos sugeridos pela direção, são encaixados no planejamento anual e cada professor tem a oportunidade de adequar os conteúdos a serem estudados, ao projeto. O resultado tem sido positivo no que se refere a ganho de tempo e interdisciplinaridade entre conteúdos, além da troca de experiências e informações pelos discentes, ao mesmo tempo. Relembrando as palavras Anísio Teixeira,

[...] há no ensino, na função de ensinar, em gérmen, sempre ação administrativa. Seja a lição, seja a classe, envolve tomada de decisões, envolve administração, ou seja, plano, organização, execução, obediente a meios e técnicas. (TEIXEIRA, 1968, p.17)

Percebe-se que os atos administrativos, repercutem-se nos atos pedagógicos que interferem diretamente na aprendizagem. Os projetos sugeridos pela direção da escola, ao serem passados aos professores, são adaptados com novas ideias e os temas desenvolvidos estão relacionados à saúde, leitura,

meio ambiente e outros de relevância para a comunidade em momentos apropriados.

Moreira (2001), afirma que o currículo é assunto tão amplo que na maioria das vezes, a sua prática perpassa o ambiente escolar, afirmativa com a qual comungamos, uma vez que, durante o desenvolvimento e culminância dos projetos, a comunidade externa, participa ativamente como protagonista do mesmo e “ainda que se reconheça que o conhecer, o pensar, é consubstancial com o agir, há outros fatores a serem considerados [...]: a mediação do sujeito”(MOREIRA, 2001, p...), aqui representados pelo corpo docente e discente, no desenvolvimento das atividades internas do ambiente escolar.

A prática pedagógica difundida na escola, converge para que o processo de aprendizagem do aluno ocorra numa relação de interação entre aluno/professor/mundo, pois assim, haverá uma construção social, política e cultural que resultará na transformação da realidade de modo democrático e participativo. Nesse processo, adotamos a linha construtivista sóciointeracionista apoiada nos legados de Piaget, Vigotysky, Emília Ferreiro e outro autores que favorecem o bom relacionamento entre os diferentes sujeitos.

Julgamos que, referente às estruturas organizacionais em nossa escola, há falhas que necessitam ser corrigidas, como a reforma e ampliação da estrutura física, melhor acompanhamento pedagógico, uma vez que não há especialista para desempenhar esta tarefa, dentre outras, visando a melhoria no atendimento e consolidação das práticas participativas. Ferreira (2000, p. 167), afirma que “[...] a gestão democrática da Educação é hoje um valor já consagrado no Brasil e no mundo, embora, ainda não totalmente compreendido e incorporado à prática social global e à prática brasileira [...]”, o que reforça o quanto os processos de decisões e a participação coletiva pode fazer pela

instituição. Com esforço e união, muitas práticas e busca de benfeitorias podem se tornar reais, proporcionando melhorias e novos significados em todos os espaços educativos.

### **3. CURRÍCULO**

Os debates a respeito do currículo são muito frequentes dentro e fora do espaço escolar, sendo este o propósito norteador do trabalho pedagógico nesta instituição escolar. E para que a escola atinja suas finalidades, faz-se necessário que a política cultural, ou seja, a difusão do currículo a ser desenvolvido, seja o eixo central do planejamento dentro deste contexto. De acordo com o dicionário Aurélio (2008, p. 281), numa definição bem simplista de currículo, este define assim: “as matérias constantes de um curso”, mas sabe-se que a definição está muito além, conforme Santos e Paraíso( 1996) como sendo algo que “envolve a definição de objetivos e a seleção, organização e avaliação dos conteúdos escolares”.

Souza (2007, S.D.) afirma, que “o mais importante para o professor é compreender o campo de abrangência e de problematização do termo que se constitui em um modo conceitual de acercar-se dos problemas educativos”, posto que a ideia de currículo aqui, perpassa o espaço escolar e expande-se além do estudo de conteúdos organizados. As dificuldades enfrentadas pelas escolas em relação ao planejamento, construção, desenvolvimento e avaliação do currículo, apontam que, seja este um assunto de difícil compreensão, uma vez que a maioria dos docentes e discentes acredita que o currículo seja somente o que é proposto na grade curricular.

Há por parte da comunidade escolar, de forma implícita, uma consciência de que o currículo é algo que deve ser construído dentro deste espaço, sendo, portanto, este, derivado de atos e decisões políticas, já que esta desempenha papel de tomada de decisões, ao participar dos trabalhos escolares e neles

podendo opinar. Fato é que, constituído coletivamente, o currículo ao ser colocado em prática, confirma a ideia de que seu desenvolvimento é um direito e dever para com os educandos. Assim, perpassa pelos vários processos da formação e desenvolvimento humano, do conhecimento, da inclusão, da cultura, da diversidade e, em relação ao educador, como parte de sua formação profissional que não deve ser estanque, mas permanente.

Moreira e Candau (2008), ao dissertarem sobre o currículo, oferecem-nos detalhes das várias concepções sobre o mesmo, que se constroem de forma histórica, no campo educacional, entendendo-o a partir de:

- (a) os conteúdos a serem ensinados e aprendidos;
- (b) as experiências de aprendizagem escolares a serem vividas pelos alunos;
- (c) os planos pedagógicos elaborados por professores, escolas e sistemas educacionais;
- (d) os objetivos a serem alcançados por meio do processo de ensino;
- (e) os processos de avaliação que terminam por influir nos conteúdos e nos procedimentos selecionados nos diferentes graus da escolarização. (MOREIRA e CANDAU, 2008, p.18).

Desse modo, torna-se necessário, analisar qual é a concepção que a escola tem sobre currículo e, abordar a temática que melhor se adapte ao contexto escolar. A Escola Municipal Professor José Morato é uma escola de zona rural, com clientela que vive no campo e, das atividades agrícolas, tira seu sustento, projetando o futuro para este mesmo espaço, tendo, portanto, uma cultura voltada para esse meio. Neste contexto físico e social, o currículo é estudado, planejado e desenvolvido. Conforme Moreira e Candau (2008) afirmam,

Um currículo que se constrói como reconhecimento de nossas identidades culturais [...] pois [...] tornamo-nos conscientes de nossos enraizamentos culturais, dos processos em que se misturam ou se silenciam determinados pertencimentos culturais, bem como sermos capazes de reconhecê-los, nomeá-los e trabalhá-los. (MOREIRA, CANDAU, 2008, p.19 ).

Referente ao plano curricular (ANEXO I), a escola recebe o documento elaborado pelo Departamento Municipal de Educação e aprovado pela Secretaria Regional de Ensino – S.R.E. responsável (Pará de Minas/MG). Esse é destinado a toda a rede de ensino e já vem explicitada a carga horária, número de aulas por conteúdos, o amparo legal e demais observações

pertinentes. Com base no que é discriminado no plano curricular, faz-se o planejamento na escola. Cada unidade escolar tem a liberdade para escolher a melhor forma de planejamento, bem como elaborar os projetos que complementem e contemplem os vários assuntos que devem ser abordados em cada conteúdo ou que forem pertinentes à comunidade na qual a instituição esteja inserida.

Na Escola Municipal Professor José Morato, optamos por fazer o planejamento anual, tendo como eixo norteador as Matrizes Curriculares, os Referenciais Curriculares e os livros didáticos adotados pela escola. Ao final de cada bimestre, avaliamos o que foi possível desenvolver o que ficou pendente e o que é necessário acrescentar. Paralelo ao planejamento do professor, a escola elabora outros projetos que são desenvolvidos coletivamente. Ressaltamos que na execução dos projetos, todos os alunos da Educação Infantil aos Anos Finais do Ensino Fundamental participam, fazendo atividades que são competentes à sua turma ou faixa etária, de forma integrada. Os projetos abordam assuntos como drogas, saúde, direitos humanos, orientação sexual, cuidados com o meio ambiente, dentre outros, de modo a propiciar aos alunos diferentes interações e trocas de experiências.

### **3.1 O Currículo Como Espaço de Planejamento**

Sabemos que “a organização curricular afeta a organização de nosso trabalho e do trabalho dos educandos” (ARROYO, 2008, p. 18). De acordo com a organização do currículo, será ordenado o trabalho docente e, sequencialmente, o conhecimento a ser construído com os educandos. Como a escola faz parte do meio rural, desenvolve sua prática prestigiando esse meio. Alunos da Educação Infantil aos anos finais do Ensino Fundamental, desenvolvem suas atividades relacionando os conteúdos às práticas do meio rural, inclusive usando o espaço físico da escola, especialmente nas aulas de Geometria e Matemática e Ciências, uma vez que o espaço ocupado pela horta e jardim colaboram muito com essas práticas.

Santos (2001, p. 34) mostra que “o currículo integrado busca trabalhar com situações contextualizadas, integrando conhecimentos de diferentes áreas” e dessa forma “permitem que os estudantes trabalhem com conteúdos culturais relevantes”, privilegiando assim um ensino que aborda questões reais, de interesse da clientela. Com essa prática, ocorre o favorecimento do trabalho em equipe, entre docentes/docentes, docentes/discentes e discentes/discentes, o que promove uma reflexão maior sobre conhecimento, interação social e valores como o respeito, a partilha, o diálogo e outros tão necessários no dia-a-dia.

Nessa perspectiva, Moreira (2006, S.D.) aponta que, através da pedagogia de projetos, há a possibilidade de incrementar as práticas pedagógicas com novas sugestões de tornar o ensino mais homogêneo, oferecendo às diferentes camadas sociais oportunidades de acesso aos mesmos temas em estudo. Ainda, de acordo com Moreira, o currículo passa a ser agente de transformação “extrapolando listagens de disciplinas e atividades, para englobar ações e relações” que interagem com os sujeitos em local e tempo real, gerando “múltiplos contextos sempre produzindo novos sentidos e significados” (LOPES, 2006, p.39). Reitera-se que é necessário ter um currículo organizado que seja o gerador e gerenciador do trabalho pedagógico, mas que não seja visto como algo estagnado. Deve oferecendo oportunidades de ampliação e, se necessário, modificação das práticas no processo de aprendizagem e interação social dentro e fora do ambiente escolar, que promova ações práticas de cidadania.

#### **4. TEMPOS E ESPAÇOS ESCOLARES**

A reflexão sobre tempo e espaço escolar em uma instituição, constitui-se em oportunizar aos docentes momentos importantes de análise da sua prática pedagógica e verificação se as finalidades educacionais da instituição estão

sendo construídas. Ao analisar se o planejamento das atividades está adequado e compatível com o que é proposto, em relação à metodologia utilizada, ampliação do currículo, estreitamento das relações humanas e a utilização do próprio espaço físico, a instituição promove momento importante de avaliação .

Segundo Gomes (2001, p. 69) “a instituição escolar, tradicionalmente, tem organizado o seu tempo como ano escolar, dias letivos, horas/aula, disciplinas escolares, grade curricular”, dentre outras nomenclaturas, o que facilita a organização dentro deste espaço. No entanto, ao agir assim, Gomes acredita que essas ações impedem que “os educadores não explorem pedagogicamente a riqueza das relações humanas presentes no tempo e no espaço escolar” , interferindo nas aprendizagens dos educandos.

É importante que educadores e educandos tenham consciência que o tempo e o espaço escolar não são mais fechados, com hora própria para iniciar e terminar e local para acontecer. Vivemos um tempo cronológico corrido onde tudo passa a ser tempo e local certos para tudo acontecer, e quem não se atém a essas práticas atuais, perde-se no tempo, conforme aponta Gomes (2001),

[...] mexer com tempos e espaços significa ir além do currículo oficial, pois ele não abarca todas as dimensões do processo educativo, dizendo respeito somente a um determinado nível desse processo, ou seja, às questões normativas. (GOMES 2001, p.69.)

Como dizia o professor Neidson Rodrigues (1999, p.16), “qualquer escola é capaz de cumprir a tarefa de preparar alunos, mas determinar e escolher os objetivos a serem alcançados com esse preparo antecede a ação escolar”. Nesse sentido, percebemos que a educação como algo a ser construído, demanda planejamento e organização do currículo, do tempo e do espaço escolar. Quando a gestão pedagógica da instituição tem consciência dessa necessidade e consegue organizar, de forma participativa, com a comunidade,

há um ganho enorme em melhor aproveitamento do tempo e do espaço que se transformam em oportunidades a serem oferecidas para agregar conhecimentos.

Desse modo, a forma de gerenciamento da escola no que se refere ao uso do tempo e do espaço, aponta como é organizada a sua administração, qual é a concepção de educação que a comunidade escolar tem, e reflete ainda qual será o tipo de educação a ser ministrada. Se a escola existe para ensinar, faz-se necessário analisar como estes ensinamentos são disseminados dentro deste espaço e tempo.

Quando se entende que o currículo está além da estruturação de disciplinas e estas em conteúdos programados, acredita-se que as finalidades da educação na escola, sejam concretas e transformadoras, pois “o currículo escolar, qualquer que seja a sua definição, é algo que corre, que tem uma sequencia, que flui, que transcorre, que faz atalhos, que faz cortes”, como ressalta Giusta (2001.p. 12). Percebemos que, para a aplicação do mesmo, não há tempo limitado nem definido, mas que este deve estar bem organizado, uma vez que os sujeitos, seus partícipes, são individuais, diferentes uns dos outros, necessitando, portanto, de tempos e espaços diferentes. Como acontece em toda instituição de ensino, o marco para organização do tempo nessa instituição, é o calendário escolar (ANEXO II) que tem como função principal marcar o tempo linear, dando início e término aos períodos da escolarização: início e término do ano escolar, do ano letivo, dos semestres, bimestres e outros que se fazem necessários.

Embora sabendo da importância da elaboração coletiva do calendário pela escola, conforme define legislação estadual, Resolução nº 2197, de 26 de outubro de 2012, em seu artigo 7º, este documento não conta com a participação da comunidade escolar e é elaborado pelo Departamento

Municipal de Educação para todas as unidades escolares. A maioria das escolas situam-se na zona rural, demandando o uso do transporte escolar que, para prestar melhor atendimento, precisa de um calendário unificado, devendo cada unidade apenas, fazer os ajustes relativos à sua programação interna como datas das reuniões pedagógicas, datas comemorativas, dia do padroeiro e outros.

Assim, ao analisar o calendário, é que percebemos com maior transparência, o quanto a escola amplia o seu tempo, já que, ao longo do período letivo, vários projetos são desenvolvidos interna e externamente. No que se refere ao uso do espaço escolar, quando educandos e educadores têm consciência de que estes são múltiplos e que, além do espaço físico amplo de que dispõe a instituição, outros são construídos por eles próprios, novos significados são concebidos à aprendizagem, que não se limita aos fazeres em sala de aula.

Dessa forma, quando tempo e espaço escolar são bem organizados, têm a função de “assegurar ao estudante o acesso e a apropriação do conhecimento sistematizado, mediante a instauração de um ambiente propício às aprendizagens significativas às práticas de convivência democrática”.(CONSELHOS ESCOLARES, 2004, p.12) Nesta unidade de ensino, há relações estreitas de convivência entre alunos da Educação Infantil aos anos finais do Ensino Fundamental, o que demonstra bom uso do espaço escolar, e o respeito e boa convivência entre alunos de faixas etárias diferentes.

Conforme a organização da Educação Básica e do Ensino Fundamental em Minas Gerais, nesta unidade o ensino se organiza em ciclos, a partir do primeiro ano, sendo que as aulas do primeiro ao quinto ano se iniciam às 7:30 horas com término às 11:50 horas. Nesse período, os alunos estudam os conteúdos das disciplinas previstas no Plano Curricular e alguns destes são

estudados também, através de projetos e pesquisas desenvolvidas fora do horário de aulas. Dessa forma, há a possibilidade de usos de diferentes metodologias e diferentes interações, dando ao educando a oportunidade de ser condutor de seu saber onde outros sujeitos se tornam mediadores desse processo.

Aos alunos do sexto ao nono ano, além dos conteúdos elementares previstos, é oferecido curso de informática que forma os vinte e sete módulos horas/aula previstos no Plano Curricular, além de projeto de pesquisa de produção escrita desenvolvido ao longo de todo o ano letivo. Esse projeto é organizado bimestralmente, quando todos os alunos pesquisam sobre diferentes assuntos determinados pela equipe pedagógica, tendo, no entanto, a liberdade de escolher que fontes e formas de pesquisa usarão.

Em relação à Educação Infantil, o ensino acontece através de projetos desenvolvidos pelas professoras e alunos, pautando-se no cuidado e respeito ao outro, ao desenvolvimento das artes e liberdade de ação. Ao final de cada bimestre, quando ocorre reunião com as famílias para entrega dos boletins e análise do desenvolvimento das atividades bimestrais, acontecem apresentações artísticas feitas pelos alunos, que são organizadas pelos professores em horário contra turno ampliando o tempo escolar. No início do ano letivo, ocorre o planejamento das atividades e projetos coletivos a serem desenvolvidos pela equipe docente e discente ao longo desse período. Como a escola está situada no campo, ocorrem várias visitas às fazendas e outros locais próprios desse meio, bem como a museus e cidades históricas, enriquecendo estas atividades.

A carga horária destinada a esses fazeres educativos, ao final de cada ano letivo, extrapola o que foi previsto, garantindo um tempo maior ao processo de aprendizagem. Desse modo, o uso dos diferentes espaços e tempos

proporciona condições de uma prática pedagógica diversificada. Através dessa prática garantimos que os educandos construam seus conhecimentos dentro do tempo que é necessário a cada um, respeitando as diferenças naturais, atribuindo assim um conceito de igualdade em relação ao acesso, permanência e busca da qualidade. E, se respeitamos essas diferenças e o tempo de cada um, deixamos de padronizar e fragmentar o conhecimento, efeito da autonomia de gestão da instituição, concedendo aos docentes a oportunidade de planejar com seus discentes a melhor maneira de buscar o saber em ambientes múltiplos.

Essa liberdade de ação propicia a valorização individual e coletiva dos vários sujeitos que formam a Escola, valorizando a educação contínua e inacabada, marcando as relações entre os sujeitos pautadas no diálogo e respeito às diferenças, sofisticando as práticas educativas que se “desapegam” das grades curriculares e conteúdos totalmente programados, sem se desvincular das normas e diretrizes que regem a educação. As práticas adotadas pela escola têm gerado momentos de aproveitamento do tempo e espaço para ampliação dos saberes dos discentes e reflexão dos docentes. Há, no entanto, reconhecimento por parte destes, de sobrecarga de trabalho, uma vez que a maioria trabalha em outras escolas, em turnos sequenciais, simplificando o tempo necessário ao planejamento. Cabe, nessas oportunidades, ao gestor intervir, auxiliando o professor.

## **5. PROCESSOS DE DECISÃO E RELAÇÕES DE TRABALHO**

Na Escola Municipal Professor José Morato, acredita-se que os processos de decisão com autonomia, significa ter conhecimento de direitos e deveres coletivos. Este, talvez, seja um dos aspectos mais complexos na gestão escolar, porque envolve os vários sujeitos em suas relações interpessoais. O gestor é um dos representantes da instituição, e não cabe só a ele decidir, mas, chamar e conduzir a comunidade escolar a ser participativa e autônoma

no processo de tomada de decisões, conforme afirmação de Bobbio (1997), quando sinaliza que se queremos

[...] saber se houve um desenvolvimento da democracia [...] devemos procurar ver se aumentou não o número dos eleitores mas o espaço no qual o cidadão pode exercer seu próprio poder de eleitor [...]. É preciso que aqueles que são chamados a decidir ou a eleger os que deverão decidir sejam colocados diante de alternativas reais e postos em condição de poder escolher entre uma e outra. (BOBBIO, 2000, p. 69).

A escola deve ser um espaço aberto que representa a sociedade, e deve atender aos seus interesses, oportunizando sua participação e colaboração nos diferentes aspectos das tomadas de decisões e relações que envolvem os diversos sujeitos, seus componentes. Quando o gestor se faz líder na instituição, oportuniza e canaliza a participação dos vários segmentos escolares e promove ações que efetivam a construção da democracia, de maneira participativa dentro do ambiente escolar. Dessa forma, há possibilidade de repartir as tarefas, resolver os problemas juntos e dividir o “poder”, que deixa de ser centralizado.

No entanto, permitir que as tomadas de decisões coletivas devam contar com a participação de todos os segmentos é um ato de extrema coragem do gestor, pois, significa compartilhar um “poder” que, implicitamente, lhe foi conferido. Na prática, nem sempre permissão significa participação nas ações, o que pode acarretar problemas, a partir do não cumprimento de tarefas compartilhadas. As tomadas de decisões são, na prática, muito complexas, porque são ações que emanam de pessoas culturalmente com pensamentos e conhecimentos diversos, o que leva a controversas atitudes e expressões diferenciadas. Este movimento das relações interpessoais traz consigo conflitos que necessitam de mediação certa para a efetivação das decisões.

## **5.1 Tomadas de Decisões e Participação Coletiva**

Na Escola Municipal Professor José Morato, há legalmente constituído e atuante o Conselho Escolar, aqui denominado Associação de Pais e Mestres, que colabora com a administração financeira e o Colegiado Escolar, ambos contando com a participação efetiva de todos os segmentos presentes na instituição, que auxilia o gestor nos assuntos pedagógicos e administrativos. A constituição da diretoria dos mesmos se deu através de eleição direta e estes têm funções de acompanhamento, orientação, deliberação e fiscalização de ordem administrativa e pedagógica, sendo que as reuniões acontecem bimestralmente, ou sempre que se fizer necessário e, conjuntamente, uma vez que a escola é de pequeno porte e os componentes dos órgãos são basicamente os mesmos.

O Colegiado como o Conselho Escolar, possuem diretoria eleita pela comunidade, constituída pelo presidente que é o gestor, secretário, tesoureiro e seus suplentes, além dos fiscais. Dessa forma, as relações de trabalho entre escola e segmentos externos se estreitam e extrapolam o ambiente escolar, uma vez que os vínculos se consolidam através do trabalho coletivo dentro da escola e na vida familiar. Conforme Oliveira, Morais e Dourado ( 2011, p.4) sinalizam “a instituição escolar tem como principal finalidade a formação cidadã por meio da apropriação do saber”, que constitui-se em participação, em tomadas de decisões e o bom relacionamento entre os sujeitos. Japecanga ( 2010 p. 43) aponta que as relações de trabalho nas instituições escolares, estão diretamente ligadas ao poder, aqui denominado tomada de decisão, especificamente do diretor, o que de fato, torna-se real na prática.

Tal afirmação vêm à tona, quando analisadas as tomadas de decisões no interior das instituições, percebe-se que os sujeitos se fazem presentes, participam das reuniões, onde opinam, criticam, argumentam, decidem. Mas, ao final, cabe ao gestor o cumprimento destas, uma vez que ele é na hierarquia escolar, o líder. A ele, culturalmente, cabe buscar as benfeitorias para a escola, convocar e atender as famílias, os funcionários e alunos, fazer o

acompanhamento pedagógico e administrativo e tantas outras atividades, que, ao longo do caminho algumas se perdem.

Nesse paradigma, a própria comunidade escolar confere ao gestor o poder soberano que, conforme Japecanga (2010, p. 42-43) autoridade de que esse profissional está investido para comandar um grupo [...] pode derivar de um poder exterior a ele, [...]: o Estado [...]”. É, portanto, cultural que este poder seja centralizador, se na prática, a comunidade escolar e a própria instituição, têm no gestor, a figura que a representa. Logo, ao gestor compete, ainda, estabelecer boas regras de convivência e negociar as ações com os mesmos partícipes da comunidade, o que, claramente, se torna antagônico se as ações derivadas das decisões coletivas devem ser divididas.

No que toca às famílias, elas estão presentes nos eventos, na vida escolar dos filhos, nas reuniões de Pais e Mestres. No entanto, estar presente não significa que fazem parte. Nas tomadas de decisões, nas condutas de acompanhamento e participação da aprendizagem dos educandos, percebe-se que estas ações não são cumpridas e que, de forma velada, estas voltam às mãos do professor e do gestor, que acabam por tomá-las como se deles também fossem essas responsabilidades. É por isso, que a escola, atualmente, está sobrecarregada de funções que não lhe compete assumir, mas, apenas, acompanhar.

## **6. AS RELAÇÕES DE TRABALHO**

Conflitos, ações contraditórias e descompromissos, são situações que acontecem todos os dias em todas as instâncias sociais, porque fazem parte das relações humanas. Cabe à sociedade, de modo geral, enxergar que a escola não é o professor, o diretor ou o Estado, mas, ela própria. As melhorias e os avanços, só ocorrerão com a participação efetiva de todos. Em relação à escolha do diretor, existe no município desde 2009, o Plano de Carreira do

Magistério, que prevê eleição para ocupantes deste cargo, o que ainda não foi posto em prática. Há reivindicação dos funcionários ao poder municipal para o cumprimento dessa prerrogativa, como efetivação de um processo democrático que se iniciou quando da elaboração do Plano, com a participação dos mesmos.

Outro assunto relevante e complexo dentro das relações de trabalho é a avaliação de desempenho dos funcionários, também prevista no Plano de Carreira. Os próprios docentes ficam divididos entre ser ou não avaliados. Há por parte de alguns, o descomprometimento em relação à participação de reuniões, dos planejamentos coletivos e outros eventos de cunho pedagógico e administrativo. Nestas circunstâncias, percebe-se que muitos desconhecem seus direitos e deveres explicitados na legislação em vigor. Ao que consta, tanto a avaliação de desempenho como a eleição para diretor, deverão ocorrer no segundo semestre do corrente ano.

No que tange às relações em sala de aula, essas são, relativamente boas, pautadas no diálogo, no respeito e cumprimento dos deveres e direitos, mas, ainda dependentes das ações, presença e orientações do gestor, especialmente quanto à resolução de questões de indisciplina. Há o desejo por parte dos docentes que sejam criadas e estabelecidas novas regras de conduta dentro do ambiente escolar. Possível explicação para este fato, talvez seja a falta de capacitação e formação continuada para os professores, como forma de estímulo a serem autores e condutores/mediadores do processo de ensino e aprendizagem, e a falta de especialistas para atendimento e acompanhamento do processo pedagógico, aos alunos e docentes.

De modo geral, perpetua na escola um clima de cooperação, colaboração e diálogo que tornam o relacionamento entre os funcionários bastante harmonioso. Raramente ocorrem discussões mais sérias entre os mesmos e,

nestas ocasiões, essas são solucionadas dentro do ambiente escolar, pelos próprios funcionários, o que deixa visível que há realmente, uma equipe de trabalho bem fortalecida e com objetivos definidos. Logo, quando as tomadas de decisões e o relacionamento harmonioso colaboram para a formação de alunos cidadãos, conhecedores de suas obrigações e direitos, construímos uma sociedade participativa, autônoma que usa o diálogo como ponte para decidir o que é melhor para si. Nesse sentido, prevalecerá a justiça social, possibilitando a todos oportunidades iguais de serem adultos preparados para o trabalho e cidadãos de bem.

Não há na escola um Conselho de Classe, constituído legalmente. Bimestralmente, ao analisar os boletins e fichas descritivas sobre os alunos, reúnem-se o responsável pelo aluno, ele próprio, o professor e diretor que, juntos conversam sobre o assunto em pauta. Como a escola tem número pequeno de alunos, é possível este procedimento.

## **AVALIAÇÃO**

Compreender o que é um processo de avaliação é extremamente importante, pois, este mecanismo faz a diferença no desenvolvimento dos trabalhos pedagógico e administrativo, na instituição escolar. O processo de avaliação deve ser contínuo na esfera educacional uma vez que os sujeitos se modificam e também porque é um ato de pura democracia no trabalho de gerenciamento, do professor ou do gestor. Conforme Souza (2010, p. 2) “quando a escola se organiza para construir um processo de avaliação [...], ela conecta de forma substantiva gestão e avaliação.” Assim, este processo deve fazer parte da organização das ações do gestor e ter como finalidade a busca de meios que promovam melhorias no currículo e no processo de ensino e aprendizagem, dentre outras.

O ato de avaliar, já provoca mudanças no comportamento, nas ações dos vários sujeitos que formam os diferentes segmentos escolares uma vez que, inicialmente leva à reflexão. Existem diferentes maneiras de avaliar e cada uma

pode ter uma ou mais finalidades, tais como: diagnosticar, promover, somar, formar. As finalidades surgem de acordo com os objetivos que se têm ao avaliar. Portanto, as avaliações não são padronizadas, são organizadas de acordo com as finalidades.

Assim como as avaliações podem adquirir diferentes significados, também os impactos dos resultados obtidos podem modificar a realidade de cada instituição de acordo com o modelo de gestão que cada uma apresenta.

Desse modo, os resultados, positivos ou negativos, são indicadores que devem favorecer e promover mudanças, fazendo com que os sujeitos assumam outras posturas em relação ao que foi avaliado. Conforme Azzi (2001, p.13), a avaliação em uma instituição de ensino deve favorecer “tomadas de decisões” e aperfeiçoem a prática pedagógica e que no desenvolver desse processo precisa buscar respostas para perguntas cotidianas como: “Avalia-se para quê? Avalia-se o quê, quando, como? Quem avalia?” posto que através de uma análise criteriosa, as respostas obtidas retratarão qual é a identidade da escola.

Os processos de avaliação que ocorrem na Escola Municipal Professor José Morato, têm como objetivos favorecer a aprendizagem do educando e as diferentes relações que acontecem no interior desta. Em relação aos alunos, a escola realiza avaliações externas e internas participando das avaliações sistêmicas estaduais como PROALFA<sup>1</sup> e PROEB<sup>2</sup>, das avaliações promovidas pela S.R.E.<sup>3</sup> a qual pertence, avaliações típicas em sala de aula e, a partir do corrente ano, iniciou-se outro processo avaliativo semestral com a finalidade de acompanhar e verificar se a aprendizagem dos alunos está acontecendo de forma equitativa, em cada turma. Conforme Navarro (2010), a escola consegue,

Identificar os aspectos contemplados nas respectivas avaliações e verificar como se situa a escola em cada um deles. Assim, pode ser feito um mapeamento de todos os aspectos discriminados nas avaliações e, depois de identificar os pontos fortes, médios e fracos da escola, propor encaminhamentos para a melhoria dos processos pedagógicos e dos resultados obtidos. (NAVARRO, 2010, p. 2).

---

<sup>1</sup> PROALFA - Programa de Avaliação da Alfabetização.

<sup>2</sup> PROEB - Programa de Avaliação da Rede Pública de Educação Básica.

<sup>3</sup> S.R.E. - Superintendência Regional de Ensino.

De posse dos resultados em cada uma das avaliações, a equipe pedagógica se reúne com os docentes, e, juntos, procedem à análise detalhada dos mesmos, tendo como finalidades modificar, se necessário, e adequar o planejamento pedagógico à realidade dos alunos. Posteriormente, estes resultados são divulgados à comunidade escolar, famílias e alunos, que também opinam e sugerem mudanças. Dessa forma, promovem-se momentos importantíssimos de reflexão em relação ao trabalho desenvolvido pelo gestor, professores e alunos. As famílias se sentem acolhidas e colaboram no processo de aprendizagem dos filhos, uma vez que a elas também são delegadas responsabilidades.

Assim, os resultados visam não a classificação dos alunos, mas o acompanhamento que promova condições favoráveis para os mesmos adquirirem conhecimento com qualidade. Ocorrem ainda, em relação aos educandos, outros processos avaliativos, de teor descritivo, como registros em fichas individuais, ao longo de cada bimestre, objetivando um acompanhamento mais preciso dos progressos alcançados pelos mesmos.

Quanto à avaliação dos docentes e do gestor, esta não acontece. Existe no município de Conceição do Pará/MG, o qual a escola pertence, o Plano de Carreira do Magistério, construído com a participação da maioria dos funcionários da educação, aprovado desde 2009. Nele está prevista a avaliação de desempenho dos funcionários, num período de três em três anos, que ainda não foi colocada em prática. Sabe-se que é vontade dos educadores que este momento de avaliação aconteça, uma vez que, obtendo a nota mínima exigida, é agregado aos vencimentos mensais uma porcentagem pecuniária de gratificação como incentivo ao desenvolvimento de suas atividades laborais.

Os alunos dos Anos Finais do Ensino Fundamental, que se organize um processo de avaliação para indicar aos professores o que precisa melhorar em relação às metodologias utilizadas durante as aulas, propondo a inserção de diferentes dispositivos móveis como recursos didáticos. Há, no entanto,

resistência da maioria dos educadores em participar deste processo. Os demais funcionários não são avaliados e às famílias não é destinado nenhum processo avaliativo. São feitos comentários, apenas, por parte dos funcionários, durante as reuniões pedagógicas. No entanto, a participação destas famílias nas reuniões de Pais e Mestres ou em outros eventos promovidos pela escola, é excelente, no sentido de se fazerem presentes, não sendo notável, enquanto praticantes dos processos decisórios e de tarefas que lhes são destinadas.

Luckesi (2002, p. 102) discursa que “agir aleatoriamente significa “ir fazendo as coisas”, sem ter clareza de onde se quer chegar; agir de modo planejado significa estabelecer fins e construí-los por meio de uma ação intencional”, o que concordamos. É também, de fácil compreensão que, se a escola tem finalidades, cabe à comunidade escolar, planejar as ações e promover o seu cumprimento para a efetivação das mesmas.

Num processo de avaliação prática e realista, mas sem conformismo, direção, alunos e funcionários se sentem realizados com a disposição que as mesmas têm, em determinados momentos, apenas se fazerem presentes no ambiente escolar. Perrenoud (1999), afirma que:

Toda competência está, fundamentalmente, ligada a uma *prática social* de certa complexidade. Não a um gesto dado, mas sim a um conjunto de gestos, posturas e palavras inscritos na prática que lhes confere sentido e continuidade. Uma competência não remete, necessariamente, a uma *prática profissional* e exige ainda menos que quem a ela se dedique seja um profissional completo. (PERRENOUD, 1999, p.35).

Logo, concluímos que a presença verdadeira, espontânea e constante das famílias na escola, é um atestado de que há valorização da cultura escrita, da cultura escolar por parte das mesmas e que é neste ambiente que elas vislumbram um futuro diferente para seus filhos. Este é, sem dúvida, um resultado positivo de avaliação da escola.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Voltando o olhar para os primeiros passos dados para a efetivação da construção deste Projeto Político Pedagógico, percebe-se o quanto a Escola Municipal Professor José Morato caminhou e cresceu em proporcionar oportunidades que fortalecessem os vínculos afetivos entre os diversos sujeitos da comunidade escolar. Surgiram oportunidades de leituras, debates, buscas e conquistas de forma democrática e de acordo com a competência de cada um dos sujeitos de todos os segmentos. Todas importantes e necessárias para a obtenção de um trabalho que hoje, é o retrato da escola.

O processo de gestão democrática se alicerça na participação coletiva das pessoas que formam a escola. O trabalho do gestor é essencial para que o trabalho pedagógico e administrativo, funcione com qualidade. Logo, cabe ao gestor liderar e mobilizar a clientela a participar dos processos que promova a educação com qualidade. O PPP é um passo de longo alcance que ajuda a escola tomar o rumo certo, sendo um documento importante, que apresenta as características principais da escola retratada pela comunidade escolar. Vieira (2002) de forma bastante didática quando ressalta a importância do trabalho compartilhado em equipe, reitera que:

É preciso que todos funcionem como uma orquestra: afinados em torno de uma partitura e regidos pela batuta de um maestro que aponta como cada um entra para obter um resultado harmônico. Esse maestro é o gestor. E a partitura, o projeto pedagógico da escola, um arranjo sob medida para os alunos e que é referência para todos. (VIEIRA, 2002, p. 88).

Dessa forma, percebe-se que a construção do PPP é tarefa lenta e minuciosa para que o resultado esteja afinado com o seu público. Conforme constatado, é realmente um trabalho demorado, pois, as pessoas que participam de sua construção precisam, primeiro, ter consciência da importância e da dimensão deste documento no contexto educacional. Logo, o trabalho de mobilização da comunidade escolar é vagaroso e, como lidamos com uma diversidade de pessoas, também as ideias e sugestões dadas por estas são diferentes. E

quando estudados os temas que compõem o PPP, várias vezes, ao final das reuniões, ficava difícil uma conclusão comum.

Nestas oportunidades, para contar com a participação de todos, solicitava-se que em casa, escrevessem as sugestões numa folha de papel e colocassem, posteriormente, numa caixa de mensagens disponibilizada na biblioteca da escola. Foi um sucesso este modelo de participação que pode, mesmo com dificuldades de incompreensão da escrita de alguns, proceder à continuidade de construção do PPP. Aprender a fazer diferente, propondo outras formas de expressão, foi uma alternativa que a escola encontrou para manter a participação efetiva e democrática, no que compactuamos com Linhares (1986):

Da escola, espera-se que ela promova a capacidade de discernir, de distinguir, de pensar que supõe assumir o mundo, a realidade histórica como uma matéria perceptível e com objetividade que nos permita sua maior compreensão e intervenções deliberadas. Da escola, se espera o fortalecimento de sujeitos que, capazes de elaborar conhecimentos, contingências e estruturas, possam imaginar outros mundos ainda não concretizados e neles investir com paixão para construir tempos e lugares que ampliem as alternativas da realização humana e social. (LINHARES, 1986, p. 16).

Durante a organização dos assuntos discutidos para a construção deste PPP, percebeu-se pontos negativos e positivos que permeiam as relações de trabalho, o currículo, a avaliação e que interferem na organização do trabalho pedagógico e, conseqüentemente, no modelo de educação que a instituição oferece. Como ações positivas se destacaram a participação de todos os segmentos existentes na unidade, e a colaboração, por mais simplória que tenha sido; a vontade de mudanças em relação à metodologia utilizada pelos professores, sugestão dos alunos; o fortalecimento das relações entre os diferentes sujeitos; e a credibilidade que o PPP passou a ter no interior da instituição após análise a conclusão.

Como pontos negativos, ficaram: a insuficiência da formação continuada que é oferecida aos docentes e a aversão que a maioria dos funcionários têm serem avaliados. A formação que é ofertada na escola, aos professores, tem cunho basicamente pedagógico em relação ao planejamento didático. É preciso,

antes, oferecer formação teórica sobre diferentes temas que fazem parte do dia-a-dia um docente. Em relação à avaliação, a grande maioria dos professores, se não orientada, pratica apenas a avaliação quantitativa, valorizando apenas as notas obtidas pelos discentes. Pode ser que, o medo de serem avaliados, seja pela falta, e não por desconhecimento, de outros métodos de avaliação.

Percebe-se que, em relação à análise dos resultados das avaliações diagnósticas dos alunos, se não houver a participação e orientação do gestor, não ocorrem mudanças de posturas pelos docentes. De modo geral, a construção deste PPP apresenta-se como um marco referencial na Escola. Houve uma conscientização importante, em todos os segmentos, de que a instituição escolar e o modelo de educação ofertado, é de responsabilidade de todos; que o gestor, especialmente, não é quem define o que, como, quando e onde devem ser estudados os diferentes conteúdos e, principalmente, que não é só o gestor quem governa a escola. Ferreira (1993), considera que:

[...] se a educação atua como agente promotor de mudança, essa atuação se dará devido à força das idéias e atitudes que ela difunde [...] sendo que o potencial transformador da educação está no sucesso que tem em fazer com que sejam aceitas socialmente idéias e práticas que contribuem para desencadear ou acelerar o processo de mudança em algumas esferas [...]. (FERREIRA, 1993, p. 220).

Desse modo, se a comunidade acredita que, governar e promover mudanças são tarefas que lhe compete, agindo, a força da democracia se fará presente nos atos destes cidadãos.

## REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel G. **Educandos e educadores: seus direitos e o currículo. Indagações sobre currículo**. Brasília: Secretaria de Educação Básica, 2008.

AZEVEDO, Janete Maria Lins de. **O projeto político-pedagógico no contexto da gestão escolar**. Disponível em: [moodle3.mec.gov.br/ufmg](http://moodle3.mec.gov.br/ufmg). Acesso em: 25 de fev. 2013.

AZZI, Sandra. **Avaliação de desempenho: novos paradigmas**. Caderno de Textos. Minas Gerais: SEE – Secretaria de Estado da Educação, 2001.

BOBBIO, Norberto. **O futuro da democracia**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional** nº 9.394, de 24 de dezembro de 1996.

CÂNDIDO, Antônio. A estrutura da escola: *In*: PEREIRA, Luiz; FORACCHI, Marialice M. **Educação e Sociedade: leituras de sociologia da educação**. 6. ed. São Paulo: Nacional, 1974.

DOURADO, Luiz Fernandes . A escolha de dirigentes escolares: políticas e gestão da educação no Brasil: *In*: FERREIRA, N. S. C; (Org.) **Gestão democrática da educação: atuais tendências, novos desafios**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2003. FERREIRA, N. S. C. Supervisão educacional: novas exigências, novos conceitos, novos significados. *In*: RANGEL, Mary. **Supervisão pedagógica: princípios e práticas**. Campinas: Papyrus, 2000.

DOURADO, Luiz Fernandes (org.); OLIVEIRA, João Ferreira; SANTOS, Catarina Almeida. Brasil: MEC/INEP. **A qualidade da educação: conceitos e definições**. 2010. Disponível em: [moodle3.mec.gov.br/ufmg](http://moodle3.mec.gov.br/ufmg). Acesso em: 17 de abr. 2013.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **O dicionário da Língua Portuguesa**. 7. ed. Porto Alegre: Positivo, 2008.

FERREIRA, N. S. C. Supervisão educacional: novas exigências, novos conceitos, novos significados. *In*: RANGEL, Mary. **Supervisão pedagógica: princípios e práticas**. Campinas: Papirus, 2000.

FERREIRA, Roberto Martins. **Sociologia da educação**. São Paulo: Moderna, 1993.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler em três artigos que se completam**. 44. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

GIUSTA, Agnella da Silva. **Construção de uma nova concepção de currículo. Caderno de Textos**. Minas Gerais: SEE – Secretaria de Estado da Educação, 2001.

HOUAISS, Antônio. **Houaiss – Dicionário da Língua Portuguesa**. 3. ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

JAPÉCANGA, Alaíde, Pereira. **A democratização das relações de trabalho na escola pública básica**. Disponível em: <http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/orgdemo/article/viewFile/458/357>. Acesso em: 8 de jul. de 2013.

LINHARES, C. F. S. A. **A escola e seus profissionais**. Rio de Janeiro: Agir, 1986.

LOPES, Alice Casimiro. **Discursos nas políticas de Currículo. Currículo sem Fronteiras**, v. 6, n. 2, PP. 33 – 52, jul/dez 2006. Disponível em: <http://www.org.curriculosemfronteiras/vol6iss2articles/Lopes.pdf>. Acesso em: 22 de jun. 2013.

LUCKESI, Cipriano C. **Avaliação da aprendizagem escolar**. São Paulo: Cortez, 2002.

MORAN, Edgar; MASETTO, Marcos T. BEREHENS; Marilda Aparecida. **Novas Tecnologias e mediação pedagógica**. 4. ed. São Paulo: Papirus, 2000.

MOREIRA, Antônio Flávio Barbosa; CANDAU, Vera Maria. **Currículo, Conhecimento e Cultura. Indagações sobre currículo.** Brasília: Secretaria de Educação Básica, 2008.

MOREIRA, Antônio Flávio Barbosa. **O campo do currículo no Brasil: os anos noventa.** 2010. Disponível em: [moodle3.mec.gov.br/ufmg](http://moodle3.mec.gov.br/ufmg). Acesso em: 08 de jun. 2013.

MOREIRA, Antônio Flávio Barbosa. **Propostas curriculares alternativas: limites e avanços.** 2010. Disponível em: [moodle3.mec.gov.br/ufmg](http://moodle3.mec.gov.br/ufmg). Acesso em: 22 de jun. 2013.

NAVARRO, Ignês Pinto (et al.) . **Avaliação : o processo e o produto.** 2010. Disponível em: <http://moodle3.mec.gov.br/ufmg>. Acesso em: 28 de jun. de 2013.

OLIVEIRA, João Ferreira de. **A construção coletiva do Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola.** 2010. Disponível em: [moodle3.mec.gov.br/ufmg](http://moodle3.mec.gov.br/ufmg). Acesso em: 20 de fev.2013.

OLIVEIRA, João Ferreira de; MORAIS, Karine Nunes de; DOURADO, Luiz Fernandes. **Organização da educação escolar no Brasil na perspectiva da gestão democrática: sistemas de ensino, órgãos deliberativos e executivos, regime de colaboração, programas, projetos e ações.** Disponível em: [moodle3.mec.gov.br/UFSCar/file.php/1/gestores/politica/pdf/texto2\\_2.pdf](http://moodle3.mec.gov.br/UFSCar/file.php/1/gestores/politica/pdf/texto2_2.pdf). Acesso em: 16 de abr. 2013.

ONU. **Declaração Internacional dos Direitos Humanos.** 1948.

PAVIANI, Jayme. **Problemas de Filosofia da Educação.** 3.ed.São Paulo: Paulus, 1986.

PERRENOUD, Philippe. **Construir as competências desde a escola.** Porto Alegre: Artmed, 1999.

Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares. **Conselho Escolar e o aproveitamento significativo do tempo pedagógico**. v.4. MEC-Secretaria da Educação Básica. Brasília: 2004.

RODRIGUES, Neidson. **Organização dos tempos e espaços educativos: da seriação à construção dos ciclos**. Caderno de Textos. Minas Gerais: SEE-Secretaria de Estado da Educação, 2001.

SANTOS, Lucíola Licínio de C. P. **Dilemas e controvérsias no campo do Currículo**. PROCAP- Programa de Capacitação d Professores. SEE/MG. v.3.2001.

SANTOS, L. L. P.; PARAÍSO, M. A. **Currículo – dicionário crítico da educação**. Presença Pedagógica, Belo Horizonte: Dimensão, v. 2, n. 7, jan./fev., 1996.

SIMAVE/PROALFA – 2012 / Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Educação, CAED. v. 1 (jan/dez. 2012), Juiz de Fora, 2012 – Anual.

SOUZA, Ângelo Ricardo de (et.al.) **Caminhos possíveis na construção da gestão democrática da escola**. Disponível em: [moodle3.mec.gov.br/ufmg](http://moodle3.mec.gov.br/ufmg). Acesso em: 20 de fev.2013.

SOUZA, Ângelo Ricardo de (et al.). **Níveis do planejamento educacional**. 2010. Disponível em: [moodle3.mec.gov.br/ufmg](http://moodle3.mec.gov.br/ufmg). Acesso em: 27 de mar. 2013.

TEIXEIRA, Anísio. Natureza e função administrativa escolar. *In*: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR, 1968, Salvador. **Administração** escolar: edição comemorativa. Salvador: ANPAE, 1968.

VIEIRA, S. **Gestão da escola: desafios a enfrentar**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

**ANEXO I**



SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE ENSINO  
PARÁ DE MINAS / MG  
DIRE: DIRETORIA EDUCACIONAL  
DIVAE: DIVISÃO DE ATENDIMENTO ESCOLAR

PLANO CURRICULAR / 2013 REDE MUNICIPAL  
EDUCAÇÃO INFANTIL

I - IDENTIFICAÇÃO		 <b>SRE</b> Para de Minas <b>CONFERIDO</b>
ESCOLA MUNICIPAL PROFESSOR JOSÉ MORATO		
ENDEREÇO: Pça Santa Rita – Area Rural		
CEP: 35668000		
TELEFONE: 3276-2113	E'MAIL: demeccpara@hotmail.com	
MUNICÍPIO: Conceição do Pará – Povoado de Santana da Prata		
TURNO: ( ) MATUTINO ( X ) VESPERTINO ( ) NOTURNO		EM: 9/4/13
DIRETOR: ARLETE VIÉGAS FERREIRA		POR: <i>[assinatura]</i>
II - INDICADORES FIXOS		
Carga Horária Anual	800:00'	TOTAL 4:00
Duração do módulo-aula:	40 minutos	
Nº de módulos-aula semanal	30	Aulas : 3:20 Matutino      Vespertino      Noturno
Dias Letivos	200 dias	
Semanas Letivas	40 semanas	Início      -      13:00      - Término      -      17:00      -
Base legal	LDB, nº 9394/96 DE 20/12/96; Resolução, CEE, nº 443/01 de 29.05.01	

Área de Conhecimento Conteúdos Curriculares	1º PERÍODO		2º PERÍODO	
	AS	CH	AS	CH
Linguagem oral e escrita	05	133:20	05	133:20
Matemática	04	106:40	04	106:40
Artes Visuais	04	106:40	04	106:40
Movimento (Psicomotricidade)	04	106:40	04	106:40
Identidade e Autonomia	02	53:20	02	53:20
Literatura Infantil	02	53:20	02	53:20
Natureza e Sociedade	02	53:20	02	53:20
Música	02	53:20	02	53:20
Subtotal	25	666:40	25	666:40
Recreio	05	133:20	05	133:20
TOTAL	30	800:00	30	800:00

- ⇒ Lei 9.795/99 – Educação Ambiental integrada aos conteúdos de Geografia e Ciências.
- ⇒ Educação alimentar e nutricional - Lei Federal 11947 de 16 de junho de 2009 e nas Leis Estaduais nº 15072 de 05/04/2004 e nº 18372 de 04/09/2009.
- ⇒ Estatuto do Idoso – Lei Federal nº 10.741/2003 de 01/10/2003

*Arlete Viégas Ferreira*  
Assinatura do Diretor

*Mônica Porto dos Santos*  
Assinatura do Colégio

*Nasare Braga Niquilino*  
Assinatura do Inspetor Escolar

**Nasare Braga Niquilino**  
ANE. IE. INSPETOR ESCOLAR  
MASP: 961053-6

Conceição do Pará, 29 de janeiro de 2013.

DIVISÃO DE ATENDIMENTO ESCOLAR  
Av. Presidente Vargas, 1.231 - Senador Volante - 35.661-000 - Pará de Minas - MG  
PABX: (37) 3236-3888 / Direção: (37) 3237-0091 / FAX: (37) 3232-6188  
RAMAIS: 117/118  
sreparaminas.atendimentoscolares@vahoo.com.br  
sre-paraminas.dire@educacao.com.br





SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE ENSINO  
PARÁ DE MINAS - MG  
DIR. DIRETORIA EDUCACIONAL  
DIV. DIVISÃO DE ATENDIMENTO ESCOLAR

PLANO CURRICULAR/2013  
ENSINO FUNDAMENTAL - ANOS INICIAIS

I - IDENTIFICAÇÃO

Instituição Escolar: E.M. Professor José Morato.				CONFERIDO Em: 12/4/13 Por: [assinatura]	
Município: Conceição do Pará	Endereço: Povoado de Santana da Prata	Nº: s/n	Bairro: Zona rural		
Contato: demecparara@hotmail.com		Telefone: (37)3276-3016		Celular:	
Diretor: Arlete Viégas Ferreira			Contato:		

II - INDICADORES FIXOS

Carga horária dos ciclos	Ciclo da Alfabetização	2400 horas
	Ciclo Complementar	1600 horas
Carga horária Anual		800 horas
Dias Letivos		200 dias
Semanas Letivas		40 semanas
Nº. de módulos-aula semanal		25 módulos

Duração do módulo-aula:	Arte:30 min / Literatura Infantil:40 min Demais conteúdos:50 min	
Duração do dia letivo	4 horas	4 horas e 10 minutos
Duração do recreio	10 minutos	
Atendimento	( X ) Matutino	( ) Vespertino
Horário do turno	Início	07:30
	Término	11:40

III - PLANO CURRICULAR

2013 ENSINO FUNDAMENTAL / ANOS INICIAIS														
Áreas de conhecimento	Componentes curriculares	Ciclo da Alfabetização						Total	Ciclo Complementar			Total		
		1º ano		2º ano		3º ano			4º ano		5º ano			
		AS	CHA	AS	CHA	AS	CHA		CHC	AS	CHA		CHC	
Base Nacional Comum	Linguagens	Língua Portuguesa	04	133:20	05	166:40	05	166:40	466:40	05	166:40	05	166:40	333:20
		Educação Física	01	33:20	01	33:20	01	33:20	100:00	01	33:20	01	33:20	66:40
		Arte	02	40:00	02	40:00	02	40:00	120:00	02	40:00	02	40:00	80:00
	Matemática	Matemática	04	133:20	05	166:40	05	166:40	466:40	05	166:40	05	166:40	333:20
			03	100:00	03	100:00	03	100:00	300:00	03	100:00	03	100:00	200:00
	Ciências Humanas	Geografia	03	100:00	03	100:00	03	100:00	300:00	03	100:00	03	100:00	200:00
		História	03	100:00	03	100:00	03	100:00	300:00	03	100:00	03	100:00	200:00
	Ciências da Natureza	Ciências da Natureza	03	100:00	04	133:20	04	133:20	366:40	04	133:20	04	133:20	266:40
		01	33:20	01	33:20	01	33:20	100:00	01	33:20	01	33:20	66:40	
Parte Diversificada	Ensino Religioso	01	33:20	01	33:20	01	33:20	100:00	01	33:20	01	33:20	66:40	
	Literatura Infantil	01	26:40	01	26:40	01	26:40	80:00	01	26:40	01	26:40	53:20	
	Movimento (Psicomotricidade)	03	100:00	---	---	---	---	100:00	---	---	---	---	---	
<b>TOTAL</b>		25	800:00	25	800:00	25	800:00	2400:00	25	800:00	25	800:00	1600:00	
AS: Aulas Semanais			CHA: Carga Horária Anual				CHC: Carga Horária do Ciclo							

1.D.B. nº. 9394/96 de 20/12/96; Resolução, SEE nº2197 de 26-10-2012, Resolução nº 430/03 de 07/08/03.

<ul style="list-style-type: none"> <li>⇒ Lei, nº. 12.491/97 - Orientação Sexual Integrada ao Conteúdo de Ciências.</li> <li>⇒ Lei, nº. 12.767/98 - Estudos sobre Direitos Humanos permeiam em todos os conteúdos.</li> <li>⇒ Lei Federal, nº. 11.525, de 25 de setembro de 2007 - Acrescenta § 5º ao art. 32 da Lei, nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para incluir conteúdo que trate dos direitos das crianças e dos adolescentes no currículo do ensino fundamental.</li> <li>⇒ Resolução, SEE, nº. 1307/09 de 27/03/09 - regulamenta a inclusão do conteúdo que trata dos direitos das crianças e dos adolescentes, de que trata a Lei, nº. 11525/07 de 25/09/07, no currículo do ensino fundamental.</li> <li>⇒ Estatuto do Idoso - Lei Federal, nº 10.741/2003 de 01/10/2003.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>⇒ Lei, nº. 13.411/99 - Estudos sobre dependência química e consequências do uso de drogas permeiam todos os conteúdos</li> <li>⇒ Lei Federal, nº. 11.645/08 de 10 março de 2008, Estabelece a inclusão no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena".</li> <li>⇒ Lei 9.795/99 - Educação Ambiental permeia todos os componentes curriculares das áreas de conhecimento.</li> <li>⇒ Educação alimentar e nutricional - Lei Federal 11947 de 16 de junho de 2009 e nas Leis Estaduais nº 15072 de 05/04/2004 e nº 18372 de 04/09/2009.</li> <li>⇒ Estudo dos símbolos nacionais - Lei 12.472 de 01/09/2011</li> </ul>
--	---

Conceição do Pará, 29 de março de 2013

*Arlete Viégas Ferreira*  
Assinatura do Diretor

*Nazare Braga Niquilino*  
Assinatura do Inspetor Escolar

DIVISÃO DE ATENDIMENTO ESCOLAR  
Av. Presidente Vargas, 1.231 - Senador Valadares - 35.661-000 - Pará de Minas - MG  
PABX: (37) 3231-0500 / Direto: (37) 3231-0517 / 0518 - RAMAIS: 6177.618  
sre.paraminas@educacao.mg.gov.br

**Nazare Braga Niquilino**  
ANE. IE. INSPECTOR ESCOLAR  
MASP: 961633-6



SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE ENSINO  
PARÁ DE MINAS - MG  
DIRETORIA EDUCACIONAL  
DIVISÃO DE ATENDIMENTO ESCOLAR

Plano Curricular- rede municipal - Ensino Fundamental - Anos Finais- 2013

I- IDENTIFICAÇÃO

Instituição Escolar: E.M. Professor José Morato					<b>CONFERIDO</b> Em: 19/04/13 Por: <i>[Assinatura]</i>
Município: Conceição do Pará	Endereço: Pça. Santa Rita	N.º s/n	Bairro: ZN	CEP: 35.668.000	
Contato: demeccpara@hotmail.com		Telefone (37) 3276-3016	Celular:		
Diretor: Arlete Viégas Ferreira		Contato:			

II. INDICADORES FIXOS

Carga horária Anual	900 horas	Duração do dia Letivo:							
Dias Letivos	200 dias	Duração do recreio: 10 minutos	O turno terá duração de 4:20, três dias na semana (5 aulas) e duração de 5:40 dois dias da semana (6 aulas).						
Semanas Letivas	40 semanas		Atendimento						
Nº de módulos-aula semanal	27 módulos	Aulas: 4:10	5:00	Horário	Início	-	13:00	13:00	-
Duração do módulo-aula:	50 minutos	Total:	4:20	5:10	Término	-	17:20	18:10	-
Base Legal	LDB, nº 9394/96 DE 20/12/96; Resolução, SEE, nº 2197/12 de 26/10/12.								

III. PLANO CURRICULAR

Áreas de conhecimento		Componentes Curriculares	2013 ENSINO FUNDAMENTAL / ANOS FINAIS							
			CICLO INTERMEDIÁRIO		CICLO DA CONSOLIDAÇÃO					
			6º ano	7º ano	8º ano	9º ano				
				AS	CHA	AS	CHA	AS	CHA	
Base Nacional Comum	Linguagens	Língua Portuguesa	06	200:00	06	200:00	06	200:00	06	200:00
		Educação Física	01	33:20	01	33:20	01	33:20	01	33:20
		Arte	01	33:20	01	33:20	01	33:20	01	33:20
	Matemática	Matemática	05	166:40	05	166:40	05	166:40	05	166:40
	Ciências Humanas	Geografia	03	100:00	03	100:00	03	100:00	03	100:00
		História	03	100:00	03	100:00	03	100:00	03	100:00
	Ciências da Natureza	Ciências da Natureza	03	100:00	03	100:00	03	100:00	03	100:00
Ensino Religioso		01	33:20	01	33:20	01	33:20	01	33:20	
Parte Diversificada	Linguagens	Língua Estrangeira Moderna - Inglês	02	66:40	02	66:40	02	66:40	02	66:40
		Iniciação à Informática	02	66:40	02	66:40	02	66:40	02	66:40
<b>TOTAL</b>			27	900:00	27	900:00	27	900:00	27	900:00
AS: aulas semanais			CHA: carga horária anual							

<ul style="list-style-type: none"> <li>⇒ Lei, nº 12.491/97 – <b>Orientação Sexual</b> Integrada ao Conteúdo de Ciências.</li> <li>⇒ Lei, nº 12.767/98 – Estudo sobre <b>Direitos Humanos</b> permeiam em todos os conteúdos.</li> <li>⇒ Lei Federal, nº 11.525, de 25 de setembro de 2007 - Acrescenta § 5º ao art. 32 da Lei, nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para incluir conteúdo que trate dos direitos das crianças e dos adolescentes no currículo do ensino fundamental.</li> <li>⇒ Resolução, SEE, nº 1307/09 de 27/03/09 – regulamenta a inclusão do conteúdo que trata dos <b>direito das crianças e dos adolescentes</b>, de que trata a Lei, nº 11525/07 de 25/09/07, no currículo do ensino fundamental.</li> <li>⇒ Estatuto do Idoso – Lei Federal, nº 10.741/2003 de 01/10/2003</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>⇒ Lei, nº 13.411/99 – Estudos sobre <b>dependência química</b> e consequências do uso de drogas permeiam todos os conteúdos.</li> <li>⇒ Lei Federal, nº 11.645/08 de 10 março de 2008. Estabelece a inclusão no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "<b>História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena</b>".</li> <li>⇒ Lei 9.795/99 – <b>Educação Ambiental</b> permeará todos os componentes curriculares das áreas de conhecimento.</li> <li>⇒ Educação alimentar e nutricional -Lei Federal 11947 de 16 de junho de 2009 e nas Leis Estaduais nº 45072 de 05/04/2004 e nº 18372 de 04/09/2009.</li> <li>⇒ Estudo dos símbolos nacionais -Lei 12.472 de 01/09/2011</li> </ul>
--	--

*Arlete Viégas Ferreira*  
Assinatura do Diretor

Conceição do Pará, 03 de abril de 2013.

*Nazare Braga Niquilino*  
Assinatura do Inspetor Escolar

**Nazare Braga Niquilino**  
ANE-IE-INSPEÇÃO ESCOLAR  
MASP: 961053-6

## ANEXO II

ESCOLAS MUNICIPAIS – Conceição do Pará  
CALENDÁRIO ESCOLAR

2013

JANEIRO						
D	S	T	Q	Q	S	S
			2	3	4	5
6	7	8	9	10	11	12
13	14	15	16	17	18	19
20	21	22	23	24	25	26
27	28	29	30	31		

FEVEREIRO (16)						
D	S	T	Q	Q	S	S
					1	2
3	4	5	6	7	8*	9
10	11	12	13	14	15*	16
17	18	19	20	21	22*	23
24	25	26	27	28		

MARÇO (18)						
D	S	T	Q	Q	S	S
					1	2
3	4	5	6	7	8*	9
10	11	12	13	14	15*	16
17	18	19	20	21	22*	23
24	25	26	27	28	29	30
31						

ABRIL (22)						
D	S	T	Q	Q	S	S
	1	2	3	4	5*	6
7	8	9	10	11	12*	13
14	15	16	17	18	19*	20
22	23	24	25	26*	27	
28	29	30				

MAIO (20)						
D	S	T	Q	Q	S	S
			1	2	3*	4
5	6	7	8	9	10*	11
12	13	14	15	16	17*	18
19	20	21	22	23	24*	25
26	27	28	29	30	31	

JUNHO (19)						
D	S	T	Q	Q	S	S
						1
2	3	4	5	6	7	8
9	10	11	12	13	14*	15
16	17	18	19	20	21*	22
23	24	25	26	27	28*	29
30						

JULHO (15)						
D	S	T	Q	Q	S	S
	1	2	3	4	5*	6
7	8	9	10	11	12*	13
14	15	16	17	18	19*	20
21	22	23	24	25	26	27
28	29	30	31			

AGOSTO (20)						
D	S	T	Q	Q	S	S
					1	2
3	4	5	6	7	8	9
10	11	12	13	14	15	16*
17	18	19	20	21	22	23*
24	25	26	27	28	29	30*
31						

SETEMBRO (21)						
D	S	T	Q	Q	S	S
1	2	3	4	5	6*	
7	8	9	10	11	12	13*
14	15	16	17	18	19	20*
21	22	23	24	25	26	27*
28	29	30				

OUTUBRO (18)						
D	S	T	Q	Q	S	S
		1	2	3	4*	5
6	7	8	9	10	11*	
12	13	14	15	16	17	18
19	20	21	22	23	24	25*
26	27	28	29	30	31	

NOVEMBRO (20)						
D	S	T	Q	Q	S	S
					1*	
2	3	4	5	6	7	8*
9	10	11	12	13	14	15
16	17	18	19	20	21	22*
23	24	25	26	27	28	29*
30						

DEZEMBRO (11)						
D	S	T	Q	Q	S	S
1	2	3	4	5	6*	
7	8	9	10	11	12	13*
14	15	16	17	18	19	20
21	22	23	24	25	26	27
28	29	30	31			

## LEGENDA

01/02	Início ano Escolar	DIAS LETIVOS COMEMORATIVOS
20/12	Término Ano Escolar	Festa da Família
	Início e Término Ano Letivo	Festa Junina
○	Planejamento	Feira de Cultura
	Ferriados	Dia da Consciência Negra
	Férias e Recesso	* Instante Cívico
	Avaliações de Progressão Parcial	
	Reuniões Pedag./Conselho de Classe	
	Aval. Dos Estudos Independentes	
	Reunião do Colegiado	
	Dia D – Planejamento (Escolar)	
	Dia D - Execução (Letivo)	

COLEGIADO:

**Escolas Municipais– Conceição do Pará**  
**DETALHAMENTO – 2013**

**JANEIRO**

- 01 – Feriado – Confraternização Universal
- 02 a 31 – Férias Escolares
- 29, 30, 31 – Avaliações Estudos Independentes.

**FEVEREIRO**

- 01 – Início do Ano Escolar / Planejamento
- 04 – Início Ano Letivo
- 07 – Reunião do Colegiado
- 11 – Recesso Escolar
- 12 – Feriado – Carnaval
- 13 – Recesso Escolar

**MARÇO**

- 01 – Feriado Municipal - Aniversário da Cidade
- 07 – Reunião do Colegiado
- 28 – Recesso Escolar
- 29 – Feriado - Paixão de Cristo

**ABRIL**

- 04 – Reunião do Colegiado
- 21 – Feriado – Tiradentes
- 27 – Reunião Pedagógica/Conselho de Classe

**MAIO**

- 01 – Feriado – Dia do Trabalhador
- 02 – Reunião do Colegiado
- 10 – Festa da Família (Dia Letivo)
- 30 – Feriado – Corpus Christi
- 31 – Recesso Escolar

**JUNHO**

- 06 – Reunião do Colegiado
- 12 e 15 - Dia D

**JULHO**

- 01 e 02 – Avaliações de Progressão Parcial
- 04 - Reunião do Colegiado
- 13 – Reunião Pedagógica/Conselho de Classe
- 19 – Festa Junina (Dia letivo)
- 22 a 31 – Recesso Escolar

**AGOSTO**

- 01 e 02 – Recesso Escolar
- 08 - Reunião do Colegiado

**SETEMBRO**

- 05 - Reunião do Colegiado
- 07 – Feriado – Independência do Brasil
- 13 – Feira de Cultura (Dia Letivo)
- 28 – Reunião Pedagógica/Conselho de Classe

**OUTUBRO**

- 03 - Reunião do Colegiado
- 12 – Feriado – N. Sra. Aparecida
- 14 a 18 – Recesso Escolar

**NOVEMBRO**

- 02 – Feriado – Finados
- 04 e 05 – Avaliação de Progressão Parcial
- 07 - Reunião do Colegiado
- 15 – Feriado – Proclamação da República
- 21 - Dia da Consciência Negra (Dia Letivo)

**DEZEMBRO**

- 05 - Reunião do Colegiado
- 14 – Reunião Pedagógica/Conselho de Classe
- 06 - Reunião do Colegiado
- 08 – Feriado Municipal – Nossa Sra. da Conceição
- 17 – Término Ano Letivo
- 18 e 19 – Planejamento
- 19 – Término do Ano Escolar
- 20 a 24 – Recesso Escolar
- 25 – Feriado – Natal
- 26, 27, 30 e 31 – Recesso Escolar

**REPOSICÕES/COMPENSACÕES**

04/02/13 (Segunda) Reposição  
Referente compensação de Quarta-Feira

16/07/13 (Terça) Reposição  
Referente compensação de Sexta-Feira

16/12/13 (Segunda) Reposição  
Referente compensação de Sexta-Feira

17/12/13 (Terça) Reposição  
Referente compensação de Sexta-Feira